

Carta Mensal

2023

798

v. 69

**Conselho
de Notáveis**

Carta Mensal

2023

798

v. 69

Conferências proferidas nas reuniões semanais do Conselho de Notáveis da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Sumário

Francisco Acayaba Gê de Montezuma: um mestiço que venceu preconceitos tornando-se uma das figuras mais importantes do Império	04
Mary del Priore	
Igualdades e diferenças na gestão de crises sistêmicas nos mercados financeiros	24
Ari Cordeiro Filho	
O transporte aquaviário dentro da conjuntura nacional e a recuperação brasileira em 2021	57
Meton Soares Junior	
A Companhia de Jesus e a Educação Brasileira	72
Arnaldo Niskier	
Política, economia, energia: Questões de sempre?	82
Joel Mendes Rennó	

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço. As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte. A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço: www.portaldocomercio.org.br.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo 2023,
v. 69, n. 798

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar
Edifício CNC
CEP: 70041-902
PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501
cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307
CEP: 20021-130
Tel.: (21) 3804-9237
conselhodenotaveis@cnc.org.br
www.portaldocomercio.org.br

Periodicidade Irregular

Editor Responsável: Geraldo Roque

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação

Revisão: Elisa Sankuevitz, Helô Castro e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica WalPrint

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - v. 1, n. 1 (1955) - Rio de Janeiro: CNC, 1955-96 p.

Periodicidade Irregular

ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros - Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho de Notáveis.



Conselho de Notáveis

Presidente

José Roberto Tadros

Coordenador

José Bernardo Cabral

Ernane Galvêas

In Memoriam

Conselheiros

Aldo Floris	Julian Chacel
Antônio Celso Alves Pereira	Luiz Augusto De Castro Neves
Antonio Chagas Meirelles	Luiz Felipe De Seixas Corrêa
Ari Cordeiro Filho	Luiz Guilherme Schymura De Oliveira
Armando Castelar	Luiz Roberto Azevedo Cunha
Arnaldo Niskier	Marcos De Azambuja
Arno Wehling	Marcus Antonio De Souza Faver
Aspásia Camargo	Maria Da Conceição Beltrão
Aurélio Wander Bastos	Mary Del Priore
Carlos Afonso Pierantoni Gambôa	Maurício Dinepi
Carlos Thadeu de Freitas Gomes	Meton Soares Junior
Claudio do Carmo Chaves	Nelson Manoel De Mello E Souza
Claudio Roberto Contador	Olga Cortes Rabelo Leão Simbalista
Francisco Amaral Neto	Paulo Jobim Filho
Geraldo Holanda Cavalcanti	Ricardo Vélez Rodríguez
Humberto Mota	Roberto Fendt
Ives Gandra Martins	Roberto Rosas
Joel Mendes Rennó	Rubem De Freitas Novaes
José Bernardo Cabral	Rubens Penha Cysne
José Botafogo Gonçalves	Samuel Buzaglo
José Gustavo de Souza Costa	Sergio Franklin Quintella
José Júlio Senna	Sydney Limeira Sanches
José Luiz Silveira Miranda	Vicente de Paulo Barreto

FRANCISCO ACAYABA GÊ DE MONTEZUMA:

**um mestiço que venceu preconceitos
tornando-se uma das figuras mais
importantes do Império**

Mary del Priore

IHGB, IHGRJ, ACP, APL,

PEN Club do Brasil

Em época tão trepidante quanto o I e II Reinado, um personagem importante invadiu a cena urbana e a Corte: o “mulato”. A palavra, então, já designava “mistura de branco com preto”, e é encontrada nos documentos da época sem maiores adjetivações. A mácula não advinha da associação com os animais como repetem erradamente alguns, mas do “baixo nascimento”, da modesta origem familiar. Justamente por designar pessoa de “ínfima condição”, o termo foi ganhando, ao longo do tempo, conotações pejorativas. Mulatos e pardos compunham, então, aproximadamente 42% da população.¹

No século XIX, a ascensão de pardos e mulatos foi o resultado da estabilidade familiar, da mobilidade social proporcionada por ofícios técnicos e comércio, pela participação nas irmandades religiosas ou pelo ingresso no clero e nas Forças Armadas. Mas eles foram mais longe graças aos estudos e ao letramento. Gilberto Freyre, pioneiro em observar o fenômeno deles dizia: “uma força nova e triunfante”. Eles se integraram, ou melhor, se acomodaram entre os extremos: o senhor e o escravo. A urbanização, o crescimento de alforrias e a inserção nos cargos públicos e na aristocracia de toga, lhes deram visibilidade.

Muitos não dispunham de protetores políticos para chegar à Câmara nem subir à diplomacia. Muitos estudaram ou se formaram graças ao trabalho de uma mãe quitandeira ou de um pai funileiro. Outros

faziam casamento com moças ricas ou de famílias poderosas. Viajavam, falavam línguas estrangeiras, estudavam em Coimbra ou Paris. Serviram como diplomatas. Eram visíveis em toda a parte. Como poucos sabem, a miscigenação alcançou todos os níveis da sociedade, e, como veremos, mulatos ou pardos ocupavam posições importantes no Conselho de Estado, na Câmara de Deputados, no Senado, nas artes e na literatura.

E um desses afro-brasileiros de maior destaque foi Francisco Gomes Brandão, chamado por seus companheiros, desde a mocidade, de Montezuma. Nascido em 1794, em Salvador, filho de Manuel Gomes Brandão, branco, e Narcisa Teresa de Jesus Barreto, negra, ambos baianos e modestos, ele cresceu em Penedo. Seu pai era comandante de um dos brigues que, no fim do período colonial, fazia a rota entre a Bahia e a costa da África traficando escravos. Segundo o desejo paterno, Montezuma deveria se preparar para a vida sacerdotal. Para isso, a família voltou a Salvador e, em 1808, ele entrou para o Convento de São Francisco. Naquela época, a carreira eclesiástica funcionava como um chamariz. Ao conferir “foros de nobreza”, o sacerdócio era sinônimo de prestígio social. E isso tanto para os filhos de algumas das mais ricas famílias da Bahia oitocentista quanto para alguns pobres diabos que, valiam-se de variadas estratégias como forma de ascender socialmente.

Os métodos de ensino em mau latim e a avalanche de sermões foram suficientes para entediar Montezuma. Por falta de vocação, ele abandonou o claustro. Quis assentar praça no Exército, mas não teve aprovação paterna. Optou, então, pela Escola Médico Cirúrgica, onde passou 3 anos. Havia exigências para ingressar na recém-fundada instituição. Além de uma taxa de 6.400 réis, referente à matrícula, requeria-se que os estudantes não apenas soubessem ler e escrever corretamente, mas que também tivessem conhecimento de latim e

francês. Esta é uma pista importante, que serve como indicativo de que os estudos de Montezuma não estiveram restritos apenas às primeiras letras.²

Em 1816, vamos encontrar o jovem Montezuma, em Lisboa, frequentando hospitais ou a bordo de navios negreiros, pois um médico era figura obrigatória na tripulação. No ano seguinte, matriculou-se nos cursos de Direito e Filosofia da Universidade de Coimbra, onde adquiriu fama de bom aluno, porém muito desordeiro. Era líder dos acadêmicos brasileiros que seguiam sua personalidade magnética. Foi em Coimbra que Montezuma tomou gosto pelas sociedades políticas secretas, comuns na época, fundando a denominada “Keporática” ou dos Jardineiros. Suas cores? O verde e o amarelo. Ele seria uma das faces pardas da melhor universidade portuguesa, e seu objetivo era receber formação e, posteriormente, ingressar na magistratura ou em cargos de prestígio na administração metropolitana e colonial. O jovem se formou com notas regulares em mérito literário, mas, graças às suas indisciplinas, ganhou zero em “probidade e prudência”.

Montezuma foi contemporâneo da mocidade ilustre: Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Cândido José de Araújo Viana, Honório Hermeto Carneiro Leão, José Cesário de Miranda Ribeiro, José Maria Monteiro de Barros, e tantos outros que adquiriram nomeada mais tarde e foram seus aliados ou antagonistas na vida política. Ele foi o líder incontestado de todos eles, o chefe da colônia brasileira, o “pontífice da troça da cidade universitária”. Temiam-no os calouros. E os veteranos respeitavam o mais popular estudante de seu tempo. Sabia ser amigo, mas também era combativo, zombeteiro e cáustico.

Ao regressar a Salvador em 1821, Montezuma mergulhou na política. Tinha 27 anos. Rebelou-se contra a junta provisória que subordinou

a Bahia às cortes de Lisboa. Procurou o vice-governador, Manuel Pedro, seu mestre e conselheiro de juventude, convidando-o a aceitar a causa revolucionária para tornar a província independente. Nada conseguiu. Num gesto cavalheiresco, Montezuma pediu-lhe licença “para daquele dia em diante nunca mais o visitar e fazer ao seu governo a oposição que pudesse”. E se abraçaram: “despediram-se com sensíveis demonstrações de amizade”, contou seu biógrafo.

Restituir a Bahia ao Brasil para que obedecesse ao príncipe regente foi a maior preocupação da atuação de Montezuma. Por meio de textos incendiários, ele travou uma batalha enraivecida contra a metrópole. Seu talento como redator abriu-lhe as portas do *Diário Constitucional*, onde combateu o “monstruoso fratricídio” com palavras como liberdade e autonomia. Passou das palavras aos atos quando, em novembro de 1821, participou da conspiração que levou oficiais da guarnição militar a prestar obediência ao governo de d. Pedro I, negando-se a obedecer às ordens de Lisboa. Em janeiro de 1822, concorreu a eleição para a presidência da Junta Provisória Governativa, encarregada da administração da antiga capitania.³

Para o cargo e sem surpresas, venceu o partido independentista. Prevendo o resultado, as cortes portuguesas enviaram reforço militar a Salvador e substituíram o governador de armas eleito pelo tenente-coronel Inácio Madeira de Melo. Montezuma e seu grupo promoveram o impedimento da posse de Madeira de Melo, enquanto explodiam sangrentos combates entre portugueses e brasileiros. Perseguido, Montezuma teve que se esconder, mas não interrompeu a publicação do jornal que era o órgão dos patriotas brasileiros. Em finais de agosto, o jornal foi empastelado. Com o agravamento da situação de guerra civil entre a comunidade portuguesa e os baianos, ele se juntou aos

fugitivos que seguiram para Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro, vilas do Recôncavo que tinham se declarado a favor do governo do Rio de Janeiro.

Seu papel combativo no *Diário Constitucional* deu-lhe um cargo de vereança. Ocupar espaço na municipalidade era algo a que somente indivíduos que gozassem de grande prestígio poderiam aspirar: “os principais da cidade”, os chamados “homens bons”. Mas, tanto a indicação quanto a escolha de Montezuma para integrar o órgão de elite, era um forte indício de que, apesar da origem apagada, nem o nascimento nem o seu modo de vida faziam com que fosse visto como socialmente desqualificado. Esse era um bom sinal das oportunidades que começavam a surgir para um grupo reduzido de homens “de ação e de talento”, mais em função de sua atuação política do que de seu sangue ou de suas posses. Eleito e empossado, coube a ele ir ao Rio de Janeiro pedir ajuda a d. Pedro I para a resistência das vilas do Recôncavo.

Ao chegar à corte, Montezuma viu a cidade se preparando para a coroação do Imperador. Ele foi bem acolhido pelo ministro dos Negócios do Império, o então todo-poderoso José Bonifácio de Andrada e Silva, que, observador de suas qualidades e iniciativas, o convidou a fazer parte do Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, fundado por ele. A sociedade secreta tinha por objetivo defender a integridade do Brasil e lutar por sua independência. Porém, o propósito por baixo do pano era combater o grupo que, se de início havia aceito a monarquia constitucional como atalho para a separação de Portugal, agora queria a República.

Recebido pela Câmara Municipal, o baiano foi ali aclamado, e depois, seguido pelo povo, se dirigiu ao Paço, onde foi apresentado à Sua Majestade. Foram dias de prestígio e movimento. Montezuma os

enfrentou com absoluta naturalidade: jantou na mesa imperial em São Cristóvão. E, ainda, do pavilhão nobre assistiu a um exercício das forças comandadas pelo Imperador. O baiano também acompanhou a coroação do Imperador de perto, pois foi convidado a pegar uma das varas do pódio que cobria d. Pedro, honraria dada a poucos.

Quando lhe foi oferecido o título de barão da Cachoeira, recusou. Alegou que “um tal despacho me poria em dificuldades na província da Bahia, fazendo-me perder as afeições do partido liberal exaltado: ao mesmo tempo que criaria ciúmes que poderiam entorpecer o entusiasmo patriótico, tão necessário na crise em que estávamos”. Foi, porém, condecorado com a Dignitária da Ordem do Cruzeiro, então criada para comemorar a aclamação, sagração e coroação do jovem Imperador.

Ao se despedir de d. Pedro, não escondeu suas ideias e deu-lhe um recado: “nem nos perturbará a demagógica ambição, instabilidade das repúblicas, nem nos definirá a bravura e prepotência das monarquias absolutas”. E declarou que o movimento baiano objetivava “uma prudente e bem equilibrada divisão de poderes, guardados a inviolabilidade e mais direitos próprios à Majestade”. A verdade é que não cedia a favores, nem fazia agrados aos poderosos. Proclamava sua autonomia. Gostava de dizer: “sou pobre, pouco posso perder”.

Em fins de dezembro voltou a Salvador ainda ocupada pelos portugueses. Levou armamento para a luta, material tipográfico e instruções para a escolha de deputados à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do recente Império do Brasil. Lançou, então, o jornal *Independente Constitucional* e, com verve antiportuguesa, explicou aos leitores sua nova assinatura: queria ligar o nome português – Francisco – a três sobrenomes ameríndios: um tapuia, Gê, outro tupi, Acayaba, e outro asteca, Montezuma. Os eventos, porém, se precipitaram. O

comandante do chamado Exército Pacificador, Pierre Labatut, cuja meta era deter os conflitos entre brasileiros e portugueses, foi traído por seus homens.

Montezuma foi encarregado de voltar ao Rio, para explicar tais tensões ao Imperador. Ao se apresentar, Montezuma ostentava uniforme militar como miliciano de Cachoeira. Agradecido, d. Pedro lhe concedeu baixa na carreira das armas, prometendo-lhe posto nas milícias. O desfecho da luta em Salvador se deu na ausência de Montezuma. Lá não houve gritos à beira de um riacho, mas uma luta a ferro e sangue, que deixou mortos e consagrou a separação de Portugal. Enquanto no dia 2 de julho de 1823, as tropas brasileiras entravam em Salvador, no Rio de Janeiro, Montezuma tomava posse como deputado na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, cargo que conquistou com pequeno número de votos. Missão: realizar a primeira Constituição do país.

Ele era um dos mais jovens deputados. Ativo, não recuava frente às opiniões dos mais experientes. Na apresentação do projeto de Constituição redigido pelo temido Antônio Carlos de Andrada, por exemplo, mostrou-se cético quanto à criação de duas universidades. Insistia que seria melhor a fundação de seis bons colégios nas principais cidades do país. A liberdade religiosa era motivo para intermináveis discussões, mas a adoção de princípios federalistas encontrou nele um defensor.

O problema é que Montezuma manifestava suas opiniões sem cerimônias, fazendo muitos inimigos com sua fala livre. Ainda era habitado pelo incendiário líder estudantil. Quando abria a boca, seus colegas eram inundados por um dilúvio de citações que sacudiam o teto da Assembleia. Trovejava por horas e, quando seus pulmões se

esgotavam, dava gritos de fúria. Chamado à ordem várias vezes, chegou a desafiar colegas de trabalho para duelos.

Seus colegas deputados que se encontravam na Constituinte, eram em sua grande maioria, liberais moderados. Foram eleitos de maneira indireta e por voto censitário e não pertenciam a partidos, que, aliás, ainda não existiam no país – como explicou a historiadora Isabel Lustosa. Havia, contudo, facções entre eles: a dos “bonifácios”, liderados por José Bonifácio defendiam a existência de uma monarquia forte, mas constitucional e centralizada. A dos “portugueses absolutistas”, composta não apenas por lusitanos, mas também por brasileiros que defendiam uma monarquia absoluta que garantisse seus privilégios. E, por último, os “liberais federalistas”, que contavam com portugueses e brasileiros e que pregavam uma monarquia meramente figurativa e descentralizada, se possível federal, em conjunto com a manutenção da escravidão.

Eles combatiam com veemência os projetos dos “bonifácios”, facção da qual Montezuma fazia parte. Nesse ínterim, d. Pedro I quis nomear Montezuma corregedor do cível. Ele recusou, declarando “não ter vocação para o cargo, considerando que a Justiça é imperfeita, que a lei peia – restringe – o juiz às vezes, e que não lhe agradava a função”, como contou Raul Floriano. Até com o Imperador ele não fazia cerimônias e deixava claro que sua liberdade não estava à venda.

Rumos políticos levaram os deputados a desejar d. Pedro I como uma figura subordinada à Assembleia. Por trás da disputa entre o Imperador e a Assembleia havia uma outra, que foi a real causa de sua dissolução. Desde o início dos trabalhos legislativos, os liberais federalistas tinham como principal intuito derrubar o ministério presidido pelos irmãos Andrada. A 5 de novembro surgiu o incidente que daria causa à dissolução. Um jornalista, foi surrado por dois militares lusitanos. Tal

ofensa contra a liberdade de opinião seria também uma ofensa à nação, insistiam os Andradas. Bonifácio bombardeou a casa com discursos inflamados, acusando os deputados de omissão frente a um atentado ao povo.

A reação nas ruas foi uma onda de xenofobia antilusitana, com quebra-quebra e gritaria. D. Pedro, que assistiu às cenas da janela do Paço Imperial, mandou que o Exército se preparasse para um conflito. O medo da dissolução da Assembleia se instalou. Dizem que Bonifácio teria soprado a Montezuma: “Estou agora arrependido como Judas: eu mesmo fui que lhe disse – ao Imperador – que a podia dissolver por um decreto quando quisesse”. Tarde demais. Na mesma manhã, o ministro Francisco Vilela Barbosa, fardado e de espada à cinta, compareceu à Assembleia com um recado: ou os deputados aprovavam medidas para censurar a imprensa e caçavam os Andradas, ou as tropas entrariam em ação.

Durante suas explicações, o ministro ouviu deputados gritando que d. Pedro fosse declarado “fora da lei”. Pela punição que recebeu, Montezuma foi um deles. Ao saber disso, d. Pedro imediatamente enviou o brigadeiro José Manuel de Moraes, mulato e futuro ministro da Guerra, que havia se distinguido nas lutas pela independência da Bahia, com um decreto: estava dissolvida a Constituinte. Reações? Os deputados que tinham se declarado prontos a enfrentar as baionetas imperiais voltaram para casa com o rabo entre as pernas. Os irmãos Andrada, Montezuma e mais dois deputados foram presos e levados à fortaleza da Laje a caminho do exílio.

Durante os anos de expatriação os Andrada ficaram em Bordeaux e Montezuma seguiu para Paris onde foi estudar Direito. Visitou a Inglaterra industrial, e, entre Birmingham e Liverpool, percorreu minas

e fábricas, conheceu também as principais cidades da Escócia e da Irlanda, sempre frequentando júris e assistindo a audiências. Inquieto, circulou entre a Bélgica e a Holanda. Nessas deambulações, tudo aprendia e observava. Não abandonou seu interesse por sociedades secretas, ligando-se tanto à maçonaria francesa quanto a uma tentativa de reconstituição da medieval Ordem dos Templários, onde foi recebido como cavaleiro. Ele sabia que tais redes lhe podiam ser extremamente úteis.

No ano de 1830, começou a segunda legislatura da Câmara. Medidas governamentais eram duramente criticadas. O Imperador era chamado de “português”. Aumento de inflação e tensões entre boa parte de brasileiros e comerciantes, a maioria deles portugueses, aumentavam o antilusitanismo. Havia forte temor de uma reunificação do Brasil com Portugal. O uso do Poder Moderador foi um dos aspectos que tornaram o Primeiro Reinado um turbilhão de crises políticas.⁴ Em abril de 1831, sem conseguir dar soluções aos problemas, d. Pedro abdicou em favor de seu filho Pedro II. Partiu para Portugal levando sua segunda esposa, a princesa Amélia de Leuchtenberg.

Nos primeiros meses do mesmo ano, Montezuma voltou ao Brasil. Embora ausente por 8 anos, foi eleito para a Assembleia Geral Constituinte em maio de 1831. Deu início às suas atividades como advogado e logo teve sucesso. Na política, onde só havia dois partidos, ocupou lugar de destaque. No Rio Grande do Sul, explodiu a Revolta Farroupilha. No Pará, na Bahia e Maranhão, repetiam-se sedições sufocadas. Na Regência, Padre Feijó.

Montezuma se tornou, então, o primeiro deputado da história brasileira a lutar contra o tráfico negreiro. Confiava na sua eloquência para defender o movimento abolicionista, mesmo que isso fosse considerado

ilegal. Ele tinha a visão de um homem de Estado, mas continuava estranho a partidos. Lutava só e, por seu espírito independente, não se afiliou aos chamados “moderados”, mas, em apoio aos Andradas, aos opositores, e aos chamados “jurujubas”, que esperavam o retorno do Imperador e um regime monárquico fortemente centralizado.

Enquanto isso, as conspirações se multiplicavam. Artigos assinados por oficiais de média patente, lavradores, profissionais liberais, membros do clero, camadas urbanas pobres com seus homens negros, pardos e brancos, além de leitoras mulheres, colaboravam para uma cena incendiária. Manifestos coletivos, associações, clubes mostravam que havia projetos muito diferenciados para a Nação. A vitória dos liberais moderados, com Padre Feijó à frente, foi a derrota dos exaltados. Seu projeto, resguardar o trono para manter a unidade nacional.

Vivia-se, de novo, a transformação dentro do caminho ordeiro, o preferido da elite, que conduzia e continuaria a conduzir as mudanças políticas. Para resolver tal situação, Padre Feijó foi nomeado ministro da Justiça, e Montezuma, apesar de estar do outro lado, recebeu e recusou o convite para ser ministro da Fazenda. Também fugiu da Sociedade Militar que congregava restauradores e que pretendia armá-los para uma luta civil.

Na Câmara, entre vitupérios e discursos, Montezuma nadava como peixe n'água: opôs-se ao pagamento da dívida externa, malhou o tráfico de africanos e propôs a criação de um banco nacional, necessário desde que d. João VI liquidou o Banco do Brasil. Apesar, ou por causa, de sua origem humilde era fascinado por títulos nobiliárquicos, e votou contra o proposto do banimento do ex-Imperador que o havia deportado. Quando a maioria tinha abandonado a família Bragança, teve coragem de defender o direito da Imperatriz Amélia de receber dotação, o que

foi negado por outros deputados. Impressionado, o embaixador francês, Edouard Pontois, cravou na correspondência diplomática: “o mulato” Montezuma “abraçou o partido caramuru e por muito tempo nos tribunais, nos clubes ou nas lojas maçônicas foi o principal orador”.

Talvez lhe parecesse contraditório que alguém exilado por d. Pedro lutasse pelo seu retorno. Mas o baiano não guardava ressentimentos, e sempre independente, não se acanhou em pedir contas do dinheiro enviado a ele – 1.800 contos – para Londres, via o banqueiro Samuel Phillips. Ou investir contra os intocáveis e denunciar o filho do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que matou com um golpe de espada um jornalista no Largo da Carioca.

Em tempos agitados, ressurgiu o publicista. Folhetos e periódicos redigidos entre 1831 e 1833 saíram de sua pena. Os títulos sempre chamativos: *Um brasileiro amante de sua pátria* ou *Os crimes da administração atual*. Ele se dizia a encarnação do “verdadeiro brasileiro”, amigo da liberdade. Além de escrever, tomava conta do púlpito. Seus discursos duravam horas – “duas horas e dez minutos” – segundo um jornal. Os insultos ao ministro da Fazenda eram vistos como exemplos de “falta de delicadeza e disparates”. Ele não teria “decência parlamentar”. Era perseguido por antigos aliados moderados e exaltados. Era, então, chamado de “o corsário Acayaba”, “Montezurra”, “chefe do partido restaurador”, “eunuco do serralho da Boa Vista” – o chefe sendo Bonifácio.

Agiu no violento jornalismo da época através de *O Catão* e *O Ipiranga*. Vale lembrar que esse foi um momento importantíssimo para a chamada “imprensa mulata”, que buscou ajustar os debates do dia a dia político à grande questão: Como adequar a nação brasileira a um corpo de cidadãos desiguais? Sim, pois os cidadãos negros livres

sofriam com a ambiguidade de sua condição: livres, mas pretos. Muitas vezes eram confundidos com cativos, estando sujeitos a toda forma de arbitrariedade.⁵ Acreditaram que a Independência aplacaria as diferenças. Surgiram *O Exaltado*, *O Homem de Cor*, *O Filho da Terra*, *O Brasileiro pardo*, *O Cabrito*, entre outros títulos que privilegiavam a cor em suas páginas.

Segundo eles, o “mestiço” era o símbolo da identidade brasileira. Propunham a integração e a valorização desse elemento na “construção de um ideal de povo cidadão em oposição ao domínio estrangeiro” – ao português. Mas ser mulato era mais do que ser mestiço, e apresentar-se como jornalista tinha um sentido político espantoso. Daí que, para alguns autores, o espaço destes periódicos podia ser usado para lutar contra discriminações. Em todos eles, os assuntos tratados eram a questão da liberdade, da igualdade e da cidadania.⁶

Todos de acordo? Não. Pois o mulato prestigiado não seria qualquer um, mas aquele liberal, cristão, amigo da ordem, podendo ser militar ou funcionário público, mas jamais se aproximando do escravo. O liberalismo que encarnavam os fazia defensores do direito da propriedade, e o escravo era uma propriedade. Não por acaso, ele – o “mulato” – tinha os seus.⁷

Além de participar da Assembleia e escrever para jornais, Montezuma voltou a frequentar a maçonaria que conheceu nos tempos do Grande Oriente Brasileiro com José Bonifácio. Mas, enquanto seu grupo defendia a monarquia centralizada, Montezuma defendia a Federação. As tensões acabaram com a morte de d. Pedro I. Ninguém mais falou em restauração e Montezuma se negou a tomar partido contra o titular da Regência, Padre Feijó. Mudou de lado, mais uma vez. Bonifácio caiu no esquecimento, exilado na ilha de Paquetá, enquanto Montezuma

foi convidado para ser ministro da Justiça e dos Negócios Interiores no último gabinete presidido por Feijó, em maio de 1836.

Seu renome como advogado já estava consolidado. Entretanto, e muito temeroso da anarquia que as revoltas regenciais tinham acendido, Montezuma aproveitava para defender a Constituição, atacando o regime republicano implantado nos Estados Unidos e lembrando que, no nosso regime, “os direitos do homem em sociedade eram muito mais respeitados”. Segundo ele, a monarquia constitucional “fundada no eterno Princípio da Igualdade perante a Lei”, era o regime que oferecia “maiores garantias aos cidadãos” sempre desejosos de se verem livres de “odiosas divisões”. Ele, sempre tão explosivo, agora defendia a moderação com unhas e dentes.

Num livrinho que publicou, intitulado *A liberdade das repúblicas*, esclarecia sobre as delicadas relações entre o “Princípio Conservador da Liberdade” e as ideias de “ordem” e “tranquilidade do Estado”. Alegava que nos Estados Unidos, como “em nenhuma outra parte”, havia distinções das “mais caprichosas e sensíveis”. Distinções que contrariavam a Declaração de Independência americana, segundo a qual todos os homens haviam sido criados em igualdade e “dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade”, mas os tais direitos não eram para todos. A distância entre a República e seus cidadãos republicanos podia ser imensa.

E botava o dedo na ferida: em vários estados da Federação, somente os “brancos” podiam tornar-se “eleitores e membros do Corpo Legislativo”. Na Virgínia, se qualificava quem devia “ser considerado homem de cor, declarando-se que o é todo aquele de quem se provar descender até o quarto grau de preto ou preta”. Denunciava casos

de homens e mulheres “negros” que, ao parar nos tribunais, eram julgados sem a presença de um júri! Em muitas regiões não se permitia “à gente de cor”, mesmo quando “livre e bem-educada”, comer com os “brancos” em casas de pasto.

A lista de constrangimentos era interminável. E, aos olhos de muitos brasileiros negros e pardos, tal realidade deveria beirar o absurdo. Afinal de contas, a Constituição imperial não comportava nenhum critério de base étnico-racial que diferenciasse os descendentes de africanos de qualquer outro cidadão. Ainda que os negros e mestiços já libertos não pudessem ter acesso aos chamados “direitos políticos”, não havia nenhum impedimento para que seus filhos e netos, viessem a desfrutá-los, caso possuíssem renda para tanto, explicava o documento.

Argumentava, porém, como alguém instalado na elite. Integrado a um pequeno círculo composto por indivíduos que não apenas se viam como “brancos”, mas que também eram enxergados como tais pelo sucesso que tinham alcançado.

No fim da Regência de Feijó, como ministro da Justiça e dos Negócios do Interior, Montezuma fez muito. Frente à tremenda revolta que rebentara no Rio Grande do Sul, empregou esforços e ofereceu anistia aos farroupilhas – afinal, conhecia bem o maçom Bento Gonçalves que ajudou a fugir, em Salvador. Policiou, dentro da lei, os atos dos foragidos da luta armada. Seu objetivo: restabelecer a tranquilidade pública e arrancar a semente revolucionária que parecia enraizada no chão. Estabeleceu a detenção por três dias das embarcações portuguesas para vistoriá-las e impedi-las de traficarem escravos.

Atento à mobilidade social dos libertos, cuidou da fixação de um salário mínimo quando continuassem trabalhando para os seus ex-senhores. Trabalhou ativamente dando ordens e ditando normas ao

juiz desembargador e ao chefe de polícia, mandando apurar queixas de violências contra cativos. Mas o jurista se revelou genuinamente, quando mandou processar – e processou – todos aqueles que maltratassem escravos; quando proibiu os juizes de paz de açoítarem escravos contra os quais não havia sentenças passadas; enquanto denunciava o quanto pôde o “vício ou insuficiência da legislação” nos processos que envolviam cativos.

Em 1837, a convite de Feijó, Montezuma ocupou o cargo de ministro Plenipotenciário do Brasil na Inglaterra, que exerceu por 9 meses. Enquanto esteve em Londres, foi prestigiado pelo primeiro-ministro Lord Palmerston e pelo príncipe consorte, Alberto. Reza a lenda que Montezuma encaminhou com extrema habilidade as questões do pagamento da dívida pública do Brasil, consolidou novos tratados comerciais, negociou a questão de fronteiras com a Guiana e apoiou a repressão inglesa ao tráfico de africanos para o Brasil.

Padre Feijó renunciou à Regência e foi substituído por Araújo Lima e os anos seguintes foram ingratos para Montezuma. Ele não tinha sido reeleito para o triênio 1834-1837, mas, de 1838 a 1841, integrou a oposição liberal à regência conservadora de Araújo Lima e se empenhou num novo momento político: o da campanha pela maioria de d. Pedro II. Em 1840, foi criada a Sociedade Promotora da Maioridade, que tinha Montezuma como um dos seus fundadores e que logo passou a se chamar Clube da Maioridade. A proposta do Senado era de que no dia do aniversário de 15 anos do jovem Imperador, 2 de dezembro, se lhe entregassem o governo. Perguntado se aceitaria, o jovem respondeu: “Quero já!”. No dia 23 de julho de 1840, d. Pedro II prestou juramento.

Ao mesmo tempo que agitava o Clube da Maioridade, Montezuma se envolveu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro, uma verdadeira “ilha de letrados de elite”, composta por um grupo moderado, que apostava na monarquia constitucional. O liberalismo da instituição era uma mistura de modernismo burguês com democracia.⁸ Para além das boas intenções, havia também o interesse em preservar a grande propriedade, o voto censitário e o padroado.

Desde que voltou ao Brasil, Montezuma abandonou o partido liberal e passou a agir de forma totalmente independente. Se na política, eram tempos difíceis por conta da Revolução Liberal de 1842 capitaneada por Feijó e Ottoni, Montezuma mais uma vez soube escolher seu caminho. O exercício da advocacia passou a lhe ocupar, aumentando o brilho do nome. Em junho de 1843, colocou de pé a ideia que alimentava há muito: uma associação que congregasse advogados. Nasceu o Instituto dos Advogados do Brasil, com sede na Rua do Cano – embrião da OAB. Tinha um programa: colaborar com o governo e o Poder Legislativo, reformar o código criminal e elaborar um código comercial.

Mas não conseguia se manter fora da política. Voltou em 1847 à Assembleia Provincial fluminense, onde saiu no tapa com um brigadeiro, seu desafeto. A partir de 1848, começou a tentar uma indicação para o Senado, pois, da lista tríplice de indicados, o Imperador d. Pedro II escolhia um. Dirigi ao Imperador um dossiê apresentando seus feitos e realizações. E sobre sua indicação para o Senado pela Bahia, Hélio Vianna reproduz uma deliciosa anedota: [Montezuma] morava numa magnífica casa no Rio Comprido, na Rua Malvino Reis. O Imperador ouviu falar muito da casa e disse-lhe que ouvira falar de sua “bela residência”. Com o desembaraço habitual, Montezuma teria lhe respondido: “Vá, Vossa Majestade, lá almoçar [...]”. O Imperador aceitou o convite e no dia marcado foi almoçar. Na mesa, ao longo da conversa, d. Pedro perguntou-lhe: “O senhor é fatalista?”. Resposta: “Sem dúvida, e tenho motivos para o ser”. “Quais são?” “Olhe, a

primeira vez que meu nome veio a Vossa Majestade para ser senador, ao voltar do sertão da Bahia, o cavalo em que montava tropeçou e eu caí. V.M. não me escolheu. Pela segunda vez deu-se o mesmo fato, e V.M. ainda desta não escolheu meu nome. Pela terceira vez deram-se as mesmas ocorrências e V.M. me escolheu”. “Mas onde está a fatalidade?”, perguntou o Imperador, “É que V.M. havia de me escolher, quer quisesse, quer não”.

Foram esses anos importantes para o político que lutou, desde 1831, pelo fim do tráfico de escravos. Enquanto d. Pedro II manobrava a elite agrária graças ao Poder Moderador, foi votada, em 1850, a lei do senador e ministro Eusébio de Queirós proibindo o tráfico. Em 1854, d. Pedro resolveu distribuir títulos a todos os conselheiros de Estado. Deu à Montezuma o de visconde de Jequitinhonha, com honras de Grande do Império e conselheiro de Estado. Não faltou quem visse malícia na escolha do nome do rio, que em língua indígena quer dizer “folha fedorenta”.

Sempre ativo, em 1865 Montezuma apresentou vários projetos para a extinção gradual da escravidão e no mesmo ano traduziu e dedicou ao clero brasileiro uma Carta do Bispo de Orleans, sobre o mesmo tema.⁹ Publicou também trabalhos econômicos e sobre finanças. Trabalhava incansavelmente em sua seleta biblioteca de 4.250 volumes, só saindo dela para tomar o cupê para ir ao Senado ou visitar um amigo.

Sobre suas mulheres, conta-nos Hélio Vianna que com a primeira, Mariana Angélica, falecida aos 29 anos, teve seis filhos. Depois de enviuar, casou-se novamente, e dizia-se que a segunda esposa lhe infernizou a vida. Separado dela, Montezuma apontava seu retrato e dizia: “Esta era um demônio, o diabo a levou. Aquela [apontando para a primeira] era um anjo, Deus a levou”. Entre os dois casamentos, viveu em ligação consensual com Ângela Rosa da Conceição, que lhe

deu mais um filho. D. Pedro II o tinha como um de seus mais notáveis conselheiros, como atestam as anotações feitas pelo Imperador no decorrer das sessões do Conselho de Estado. Machado de Assis, que o conheceu, assim o descreveu no outono da vida: “Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos cumpridos... [...] um tipo de velhice robusta” com sua “feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homem, outro pouco de intuição”. E foi assim que Montezuma atravessou cenários diversos, amarrando seu destino às tramas da vida política do Império.

A 15 de fevereiro de 1870, às 5h30 da manhã, poucos dias antes de terminar a Guerra do Paraguai e depois de alforriar a duas escravas, Helena e Maria Lucrécia, Francisco Gê Acayaba de Montezuma descansou. Fechava os olhos um afro-mestiço que se formou em Coimbra, participou diretamente da Independência, foi exilado, viajou por inúmeros países da Europa, foi jornalista atuante, fundador do embrião da OAB e do IHGB, ministro da Justiça e dos Negócios Interiores e ministro Plenipotenciário do Brasil na Inglaterra, respeitado por dois imperadores. Montezuma foi alguém que viveu intensamente a aventura de ser ele mesmo.

Notas

¹Como esclarecem historiadores, o termo deixou de ser uma simples designação de cor para sublinhar a evidente emergência de uma população livre de ascendência africana. E, já em alguns casos, gente dissociada da escravidão por algumas gerações. Estudos como os dos historiadores Silvia Lara, Peter Eisenberg, Sheila de Castro Faria, Roberto Guedes e, sobretudo, Hebe Mattos revelam que aquilo que hoje entendemos como cor mudava conforme a condição de cada um. Isto é: mudava de acordo com a posição do indivíduo na escala social e, evidentemente, de acordo com a maneira pela qual ele era percebido pela sua comunidade. Quanto mais alto na escala social, mais branco. Segundo estes autores, vivia-se numa sociedade aberta, tolerante, de grande capacidade de assimilação. Documentos raramente mencionam a origem racial, social ou confessional dos indivíduos. Passadas as duas primeiras gerações vindas da África

e de seus filhos, crioulos já brasileiros, a cor deixava de ser critério de discriminação, sobretudo se algum branqueamento já tivesse ocorrido. Só os recenseamentos e registros paroquiais mencionavam a cor. Mas seu efeito social era nulo.

²Explicou seu biógrafo Sebastião Eugênio Ribeiro de Castro Júnior.

³Generais ficariam encarregados do governo das armas, em lugar dos antigos governadores. Esse cargo havia sido criado pelas cortes em decreto de setembro de 1821, como forma de restabelecer o controle militar do governo português sobre o Brasil, após o retorno de d. João VI para Portugal. De acordo com o decreto, o encarregado das armas nas províncias responderia unicamente perante as cortes em Lisboa, sendo expressamente independente das juntas provinciais, recém-criadas no Brasil.

⁴Com esse poder, d. Pedro I podia nomear cargos políticos vitalícios, apoiando-se em primícias do absolutismo monárquico. Irritava, assim, a oposição liberal, que lhe fazia frente tanto na atividade política direta quanto por meio da imprensa.

⁵Apesar de terem seus direitos reconhecidos pela Constituição de 1824, lutavam mais pelo apagamento da cor da pele do que pela exaltação racial do mulato, como demonstrou a historiadora Hebe Mattos.

⁶Esses pontos embasavam as propostas de um trato responsável da coisa pública – explica a historiadora Gladys Sabina. Já a historiadora Ivana Stolze Lima mira outras questões: havia, sim, disputas políticas em torno dos termos raciais e seus significados políticos na construção da imagem ideal dos cidadãos do Império.

⁷Segundo a historiadora Christiane Laidler de Souza, esses homens formavam um grupo específico, inferior aos brancos livres, mas nem a cor nem o sentido de liberdade lhes dava coesão. Apenas os unia a desejada distância do cativo. E tudo indica ser essa a posição de Montezuma.

⁸O historiador Arno Wehling sublinha que esse grupo desejava moderação em tudo: até na abolição da escravidão, que, quando tratada nos artigos da revista do Instituto, se mostrava “evolutiva”.

⁹Em 1871, foi aprovada uma proposta do senador visconde do Rio Branco que declarava livres todos os filhos de escravas nascidos a partir de então. E em 1885 entrou em vigor uma lei sugerida pelo senador José Antônio Saraiva concedendo a alforria a todos os cativos com mais de 60 anos. As normas entraram para a história como Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários.

IGUALDADES E DIFERENÇAS NA GESTÃO DE CRISES SISTÊMICAS NOS MERCADOS FINANCEIROS

Ari Cordeiro Filho

Advogado

Recentemente, respeitado ex-presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Loyola, manifestou-se sobre repetição de crises sistêmicas nos mercados financeiros, afirmando que os “problemas trazidos pelo SVB mostram que lições das crises passadas acabam sendo esquecidas”. (Obs.: SVB: Silicon Valley Bank – USA.)

No que tange à expansão do crédito, efetivamente os problemas de liquidez no sistema financeiro têm uma causalidade semelhante, de excessos imprudentes, nas ameaças de crises sistêmicas.

Se bem focarmos nos problemas anteriores à crise atual, nos EUA, que não chegaram a materializar uma crise sistêmica de grandes proporções, vê-se que a percepção de risco foi toldada por fatores distintos, como:

a) Alterações regulamentares, quanto a “montante de ativos” a serem levados em conta para caracterizar instituições consideradas sistemicamente importantes e objeto de testes de estresse e atenção especial dos supervisores bancários. Tais montantes eram US\$50 bilhões, em ativos, pela Lei Dodd Frank (crise de 2008) e aumentados posteriormente para US\$250 bilhões. O Silicon Valley Bank tinha US\$212 bilhões em ativos e

suas operações não foram objeto de uma atenção com supervisão “diferenciada”. A alteração regulamentar foi objeto de pedido de bancos regionais americanos importantes, mas com ativos inferiores a US\$250 bilhões. O pedido foi aceito pelo Federal Reserve Bank (FED), com o *placet* da sua Vice-Presidência de Supervisão, em 2019, e pelo Office of the Comptroller of the Currency, entidade fiscalizadora dos bancos. Teria sido uma autorização sem um fator econômico de fundo justificativo?

O cenário em que ocorreu foi o de uma espécie de guerra de iniciativas inovadoras em tecnologias entre empresas americanas, sobretudo, do chamado Vale do Silício, e correspondentes iniciativas em outras jurisdições, com destaque para a chinesa. Valores creditícios bancários davam suporte do lado americano, em progressão que se mostrou imprudente, na margem, até desaguar numa crise de inadimplência de empresas novas (*startups*) em bancos regionais, alguns de porte significativo, integrado a outros bancos de médio e pequeno porte, mas de importância local.

As perdas dos três principais bancos postulantes da alteração regulamentar – PNC, US Bank, Capital One – subiram 1.400% (US\$140 bilhões), segundo informou o jornal *Valor Econômico*, depois da concessão do FED. Um suporte relevante para a expansão da concessão de créditos eram os Títulos do Tesouro, com taxas de juros baixas, adquiridos antes das taxas crescentes adotadas pelo Federal Reserve, que exerce atribuições do Banco Central nos EUA. Elas subiram em progressão, vindo de níveis de 0,25% a.a. em março de 2020, com aumentos sucessivos de 0,75%, e hoje estão na faixa de 5% a 5,25%.

b) Excesso de otimismo nos empréstimos a empreendimentos inovadores, desaguando numa expansão de crédito progressivamente imprudente nestes bancos, já não os encontrou considerados elegíveis a monitoramento mais acurado pela entidade fiscalizadora (v.g. o Silicon Valley Bank tinha US\$212 bilhões em ativos). A inadimplência crescente dos clientes foi seguida da venda dos títulos do Tesouro, dos seus ativos, com grandes prejuízos. Não contabilizá-los a valor de mercado (*mark to market*), “escondia”, então, para os menos avisados, uma realidade de supervalorização de ativos, a qual se materializou com a necessidade de sua venda. É de todos sabido que, quando as taxas de juros sobem, os valores dos títulos baixam.

c) Houve, portanto, assunção aberta de “riscos de taxas”, com a aquisição de títulos longos do Tesouro americano, “mantidos em carteira”, sem uma administração apropriada, adquiridos em épocas de baixa inflação e baixo retorno.

Mais de uma dezena de bancos de certo porte aumentou suas concessões de crédito e exposição a riscos crescentes, sobretudo, de empresas *startups*.

A venda de títulos começou a ocorrer quando os clientes passaram a perceber índices preocupantes de prejuízos por inadimplência, na carteira de empréstimos. Saques crescentes de investidores, de depósitos e aplicações, geraram prejuízos grandes com a venda de títulos do Tesouro, para fazer face a tais retiradas, o que fez crescer a corrida bancária.

Esta crise deu ensejo a temores de uma repetição das sequelas de risco sistêmico no sistema financeiro global, a modo do que ocorreu no final da primeira década deste século nos EUA. Houve deficiências de liquidez em bancos regionais maiores (v.g. o Silicon Valley Bank, o Signature Bank e o First Republic Bank) e em bancos menores com interação de interesses. Dentre eles, financiadores significativos em suporte a momentosas atividades como *startups* criativas de tecnologia (v.g. empresas do Vale do Silício nos EUA), fornecedoras e consumidoras de seus insumos e produtos inovadores.

É provável que tenha remanescido um saldo econômico positivo para empresas de inovação tecnológica.

– A produção de *chips* e *microchips* diferenciados tem levado a invenções, como a litografia na gravação de *chips* e *microchips* a luz ultravioleta (Deep Ultra Violet (DEP) e Extreme Ultra Violet (EUV)), ensejando invenções criativas, de reduzido peso e dimensão, e criando novos nomes nos destaques empresariais, como a empresa mais valiosa da atualidade, a ASML.

A máquina de fabricar *chips* da ASML, equipamento ultrasensível, é a ponta de uma disputa tecnológica que chegou a envolver contenda diplomática, na qual os EUA lograram evitar a venda de tecnologia EUV para cliente chinês. A tecnologia EUV em *chips* é importante para utilização em armamentos. Recente lei do Congresso, em continuidade à política iniciada no governo anterior, consolidou a restrição de transferências tecnológicas americanas estratégicas.

– As deficiências de liquidez, em matéria de bancos, podem assumir formas endêmicas, progressivamente abrangentes para além de suas origens e terminar por afetar todo o sistema, daí o cuidado das autoridades monetárias em adotar medidas sejam elas preventivas,

sejam elas remediadoras. Além dos problemas bancários em si, são de se notar efeitos colaterais como o aperto severo na concessão de crédito pelo sistema (*credit crunch*), que cumpre amenizar o quanto possível ou evitar, se as condições econômicas não forem satisfatórias.

Dados os valores potencialmente envolvidos no conjunto, não há muito tempo a perder, previamente, em discussões acadêmicas como o *moral hazard*.

Diferiu a atual crise da ocorrida em 2008/2009, onde a causa-chave do problema bancário situou-se na expansão hiperbólica do crédito imobiliário, desaguando em descontrole técnico a percentuais elevados, em termos de devedores insolventes e avaliação de garantias imobiliárias.

O financiamento imobiliário teve e tem uma importância na economia americana pouco familiar a nós outros do Brasil. Para se ter uma ideia, em 2009, quando fiz uma palestra, aqui, sobre a crise americana no crédito imobiliário constatei que:

NÚMEROS GRANDIOSOS – O financiamento habitacional americano era e é de proporções espantosas, com características pouco familiares a nós, brasileiros. Convivemos com uma realidade bastante menor em termos financeiros e de tamanho de mercado físico. Mesmo em termos relativos, a realidade comparativa é apequenada quando se considera sua representatividade em face do PIB. Segundo dados do nosso Banco Central (Rubrica: Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional – Por Atividade Econômica), nosso sistema financeiro provia R\$277 bilhões de crédito habitacional (cerca de US\$138,7 bilhões da época), cerca de 6,2%, do nosso PIB de R\$4,403 trilhões (ou ao câmbio da época, US\$2,25 trilhões). (Obs.: Em dólares, PIB-Brasil, à taxa de câmbio atual, está em torno em US\$1,83 trilhões

e ocupa a 10ª posição no *ranking* global. O americano, em torno de US\$23,35 trilhões em 2023.)

Já os empréstimos hipotecários, em 2010, nos EUA, ascendiam a US\$11,963 trilhões, representativos de 82,9% do PIB de US\$14,419 trilhões (dados inferidos da Sec. 1.491 da Lei Dodd Frank). Não é recomendável intelectualmente a comparação.

Sete mil e setecentas (7.700) instituições financeiras reguladas eram membros do Federal Home Loan Banks (FHLB) System, nos Estados, Territórios e possessões americanas.

Tratava-se de empresas privadas, com registro na Securities and Exchange Commission (SEC) – capitalizadas e geridas pelas suas instituições financeiras-membro –, que podiam ser associações de poupança e empréstimo (S&Ls ou Thrifts), bancos comerciais, consórcios de crédito (*credit unions*) e seguradoras.

Havia duas partícipes governamentais no mercado, a Fannie Mae, originária da Fannie Mae, de 1938, e, desde 1970, a Federal Home Loan Mortgage Corporation (FHLMC), conhecida como Freddie Mac.

A Fannie Mae tipicamente adquiria hipotecas geradas por bancos, S&Ls, Credit Unions, e garantidas pela FHA. Refinanciando-as, dava liquidez ao mercado respectivo e dava rotatividade aos seus recursos, securitizando os créditos dos financiamentos hipotecários adquiridos, criando títulos lastreados em hipotecas (MBS), que colocava no mercado.

Já a Freddie Mac adquiria créditos hipotecários no mercado, agregava-os e os securitizava, ou seja, os incorporava a títulos, como os Mortgage Backed Securities (MBS). Ela garantia o pagamento aos investidores em tais títulos.

O risco combinado das duas empresas (US\$5,3 trilhões) representava 44,3% do total de débitos hipotecários nos EUA.

Em março de 2009, os dados das intervenções federais em curso mostravam que a inadimplência em empréstimos familiares (*single family*), na Freddie Mac era de 2,3%, e na Fannie Mae, de 3,2%, percentuais reputados como elevados, pelos enormes números absolutos a que se referenciavam.

Seus índices de inadimplência acima foram vistos pela interventoria como bem melhores do que os índices de inadimplência, observados nos créditos hipotecários de todo o sistema, no auge da crise:

- 7,2% de inadimplência nas de famílias (*all single-family loans*);
- 24,9% de inadimplência nas de todas as hipotecas *subprime*;
- 36,5% de inadimplência nas hipotecas com taxas reajustáveis.

INGERÊNCIA GOVERNAMENTAL – Em 1996, o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD) estabeleceu que 42% dos financiamentos da Fannie Mae e da Freddie Mac deveriam ser direcionados para mutuários com renda abaixo da média de uma área. Em 2004, este percentual foi aumentado para 56% de todas as suas subscrições de hipotecas, até 2008, sendo que 12% do total deveria ser direcionado para empréstimos acessíveis “especiais”, para mutuários com referencial de 60% da renda média de uma área, percentual este de direcionamento devendo atingir 28% em 2008. Sendo determinados empréstimos a pessoas de baixa renda.

O sistema de financiamento habitacional nos EUA atendeu ao desiderato de casa própria, para 70% dos americanos, contra menos de 30%, no início dos anos 1930.

Os bancos lançavam títulos (*discount notes* ou *term debt*: Consolidated Obligations (COs)) no mercado de capitais, possibilitando emprestar (*advances*) às instituições-membro, a baixo custo, com o objetivo principal de financiar novas habitações. Todos os Federal H. L. Banks respondiam solidariamente por tais COs e tiveram uma atuação bastante conservadora, em toda a crise.

Com a expansão do crédito, dada inclusive a interferência oficial determinando percentuais a serem aplicados para financiamento de pessoas de baixa renda, no todo generalizou-se desconfiança na valoração de pacotes de títulos de crédito, vinculados a operações imobiliárias, colocados em grande escala nos mercados dos EUA, da Europa e do Japão.

O que ocorreu de semelhante, nas duas crises, a de 2008 e a atual, foi o temor quanto às repetições da ameaça real de desestabilização do sistema financeiro mundial acolitada pela fraqueza notória do sistema creditício europeu, até hoje, com raras exceções, ainda dependente de liquidez fornecida pelo Banco Central Europeu (BCE). A crise foi ampliada com os problemas econômicos e financeiros da Grécia. Mais recentemente, o *affair* Crédit Suisse (substancialmente solucionado) “exponenciou” as preocupações dos investidores.

Cumprе enfatizar que as duas situações críticas não são comparáveis em sua inteireza. Houve um início de corrida bancária: em 2008, muito mais preocupante porque atingia instituições financeiras de grande porte, nos EUA, a partir da liquidação de uma *too big to fail*. Esta liquidação, tida como causal da deflagração da crise, na realidade expôs, com clareza, toda a fragilidade dos controles operacionais de instituições financeiras bancárias de grande porte e de outras, integradas. E atingiu em cheio a confiança no sistema.

Para quem conhece a importância do sistema bancário dos EUA para a economia americana e mundial, apresentou-se uma oportunidade ímpar de adquirir ações de bancos a preços vis. Esta maneira de ver foi em sequência confirmada pela aquisição de ações especiais destes bancos, sem poder de voto (para não estatizar as instituições), pelas autoridades, que obtiveram um grande lucro nesta transação, posteriormente. Grandes bancos tiveram o valor de suas ações severamente depreciado.

A autoridade Federal Reserve isoladamente não tinha dado conta, por restrições regulamentares, de sanar a enormidade do problema gerado pela crise de confiança. Houve um lapso de tempo nas negociações necessárias, para agregar o Tesouro americano à solução, obter socorro legislativo, bem assim aumentar o limite de cobertura da garantia do Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) de US\$100.000,00 para US\$250.000,00 por investidor. Além disto, incorporou-se às providências o Office of the Comptroller of the Currency (OCC), entidade fiscalizadora bancária.

Como resultado, após se inteirarem da magnitude do problema, houve uma cobertura de liquidez ao sistema bancário. Noticiou-se, à época, que a carteira de títulos absorvidos (temporariamente) pelo FED, até mesmo *commercial papers* de grandes empresas varejistas, atingiu a casa de mais de US\$4 trilhões (quatro trilhões de dólares). O que se conhecia no período anterior era um valor de carteira de cerca de US\$600 milhões. O problema sistêmico era realmente enorme, mas só chegou a estes valores pelo seu ineditismo, com a necessidade de integração das autoridades mencionadas ante a gravidade de uma *debacle* do sistema financeiro global.

Em jogo estava a função social dos bancos no tocante a prover suporte ao comércio internacional, e serviços

essenciais à economia dos países em três continentes: crédito, transferências de recurso, custódia de valores, depósitos, assessoria em países diversificados, seleção de investimentos e outros. Como se sabe, os sistemas financeiros e de mercado de capitais americano, europeu e japonês têm liames operacionais intercomunicantes.

Mesmo sabendo-se que o suporte creditício dos bancos – ali pelos 40%, nos EUA –, não é tão decisivo para o desenvolvimento, como em outras jurisdições o é, a crise, no caso, atingiu o mercado de capitais como um todo, em entidades como fundos de pensão, fundos de investimento, Saving & Loans Associations, Credit Unions e articulações de negócios em geral.

A “Crise Atual” diferiu da anterior nos seus fundamentos operacionais. Iniciou-se e tinha potencial de generalização em bancos que (anteriormente) tinham ativos suficientes (mais de US\$50 bilhões) para sujeitá-los a uma supervisão mais frequente e rigorosa e a outras restrições de assunção de risco (proibição de negociações proprietárias, proibição de relações com fundos de *hedge* e de *private equity*, liquidação de *swaps* apenas por câmaras de compensação). A inobservância de regras operacionais de prudência poderia resultar em tolher liberdade operacional e restrições a operações, mesmo que legalmente previstas.

Com os saques de depósitos e aplicações em bancos regionais de certo porte, e em outros médios e pequenos nos EUA, instaurou-se certo pânico. “Após a crise de 2008, estiveram sob regime de expulsão de operações arriscadas as instituições com ativos a partir de US\$50 bilhões”. Mais recentemente, este limite foi aumentado para a partir de US\$250 bilhões em ativos. “Pode-se dizer, com segurança, que este

sistema bancário de grande porte, salvo crises sistêmicas amplas e de outra origem, está hoje bem capitalizado e ausente das operações que os ponham em risco de *default*.”

Afirmam alguns críticos, que este aumento de elegibilidade para submeterem-se a testes de estresse frequentes (para US\$250 bilhões em ativos), abriu a porta para assunção de operações arriscadas por alguns bancos regionais maiores e de médio e pequeno porte. Esta seria a razão para a crise e contágio, de importância para o interior americano. O banco SVB, tinha ativos de US\$212 bilhões. A crise não veio pelo caminho imobiliário, mas pela expansão exagerada do risco de créditos concedidos, especialmente suporte financeiro dado a empresas novas (*startups*), em face do fascínio do sucesso de algumas empresas de inovação tecnológica, e das redes de fornecedores e consumidores respectivos.

Depõe um único CEO remanescente da crise de 2008, J. Dimon, o CEO do J. P. Morgan, um dos bancos de maior porte americano:

“... os erros do Silicon Valley Bank foram incentivados pela regulamentação dos EUA, não foram checados pelo Federal Reserve e estavam ‘escondidos’, à vista de todos”.

Empresa de auditoria de grande porte, a KPMG “atestou” a higidez do SVB e do Signature Bank, menos de 15 dias antes da eclosão de suas crises. Em matéria de bancos, auditorias ajudam, mas não são garantia de que más decisões negociais da administração bancária, nem tão “escondidas” assim, acabem por cobrar o seu preço. A KPMG provavelmente ter-se-ia sentido pouco à vontade para entrar a fundo em considerações sobre títulos do

Tesouro, considerados como bom lastro. A confiança de que as auditorias possam ser auxiliares subsidiárias, em face da fiscalização federal, é uma ajuda por vezes relativa e superficial para algumas situações de grande vulto.

Digno de menção é o fato de que as regras dos Acordos de Basileia não são observadas em todo seu rigor pelos bancos americanos e as autoridades locais se fiam mais na sua faina regulatória e de monitoramento, sobretudo, nos grandes bancos. Há deficiências, contudo, até pela grandeza e diversidade de suas jurisdições e no acompanhamento das instituições, por entidades estaduais de supervisão.

Com saques e transferências de recursos para bancos de maior porte, temeu-se a possibilidade de contágio significativo, mas, diferentemente de 2008, o Federal Reserve e o Tesouro americano se entenderam rapidamente sobre soluções de liquidez para os bancos que progressivamente eram atingidos pela desconfiança. Os valores monetários envolvidos foram, naquele momento, menores do que na crise anterior. O Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) compareceu imediatamente para garantir os aplicadores e aumentou garantia para valores até acima de US\$250 mil, ante a generalização ultrarrápida da demanda, via internet, e seu significado para as economias locais. Foi noticiado que a cobertura no SVB foi de tal ordem que o banco passou à propriedade (provisória) do FDIC. Desta maneira se estancou o problema de forma eficaz, naqueles primeiros sinais de gravidade.

Bancos de grande porte também procuraram participar da solução, inclusive transferindo recursos para bancos como o First Republic Bank. Mesmo com estas transferências, este banco teve reduzida sua

lucratividade, redundando em severa baixa na cotação de suas ações (95%) e sua aquisição pelo Morgan Chase.

De certa forma, as transferências de uns bancos para outros fizeram retornar, naquele momento, aos bancos menores, em parte, recursos deles sacados pressurosamente pelos depositantes e aplicadores. Um total de US\$30 bilhões foi “devolvido”, inicialmente.

Estou me referindo, cautelosamente, aos problemas inicialmente enfrentados e solucionados, porque ainda estão em curso sequelas da crise de solvência em bancos envolvidos, embora sem o potencial maléfico inicial de crise sistêmica.

De forma um tanto distanciada dos diagnósticos generalistas, a crise atual tem ligação com um problema de mudanças globais, penso ser melhor tratá-la de forma especificada, com causas bem individualizadas e soluções localizadas.

RISCO DE EMPREENDIMENTOS PRINCIPIANTES – Quando estive à frente da Gerência de Mercado de Capitais do Banco Central do Brasil, lá por volta de 1971/1974, tive oportunidade de realizar, com o chefe da Assessoria Técnica, Paulo Cícero Batista, um estudo sobre o sucesso de empresas novatas, ou seja, das que tinham iniciado de forma relativamente recente (5 a 8 anos) suas atividades e, igualmente, das que tinham lançado suas ações, pela primeira vez no mercado. Ampliamos também a pesquisa para os Registros de Comércio. Alcinhávamos tais empreendimentos de *brand new companies*. Hoje, mais apropriadamente, estariam compreendidas no que se convencionou chamar de *startups companies* ou simplesmente *startups*. Não parece ter havido mudança significativa nos resultados de então como as que se têm observado nos dias de hoje: empreendimentos incipientes têm sucesso inferior a 50%. Em certas ocasiões, bem inferior.

Os mais antigos no mercado se lembram bem do que ocorreu com a NASDAQ, em New York. Surgiu a partir da National Association of Securities Dealers (NASD) e se transformou numa Bolsa de Valores para onde afluíram empresas de tecnologia, que buscavam registros com custos e burocracia mais acessíveis no mercado, e empresas novas. Tal era o nível de euforia com as empresas de tecnologia que algumas tinham suas ações lançadas quando ainda em fase de organização e escolha da equipe de executivos. Não se fez esperar muito para que uma enorme crise abalasse as cotações de muitas ações novas, e mesmo de empresas de boa qualidade, com desvalorizações significativas de até 80%, ou sumiço de preço.

Distribuí quadro atualizado no tocante a empresas de Bolsa de Valores, no Brasil, e ali se pode observar o risco corrido em valores de ações objeto de IPOs de ações (Initial Public Offerings). No mercado de debêntures (*bonds*) o fenômeno é atenuado pelas alternativas de crédito existentes para efetivar pagamentos periódicos previstos, assim como novos lançamentos (*follow ons*), aqui e no exterior, quando a empresa é prestigiosa.

O grau de sucesso das empresas novas é relativamente baixo: 30% a 40% delas permanece e o restante desaparece do cenário ou de liquidez bursátil, pelas mais diversas causas. Algumas delas exigem paciência na espera de retornos. O sucesso empresarial também é relativizado pela competição e, no caso brasileiro, por entraves burocráticos de toda sorte.

Uma curiosidade: a General Electric está na NYSE, por bem mais de um século, desde a fundação da Bolsa, no fim do século XIX. Apenas, há alguns anos deixou de integrar o índice Dow Jones, como empresa das mais negociadas.

Resumindo: O suporte financeiro localizado intenso às *startups* de tecnologia, e empresas integradas, no caso americano, levou bancos regionais e seus credores, a uma situação progressiva de inconsistência de ativos e à crise de liquidez consequente.

O caráter localizado dos problemas e a interveniência tempestiva das autoridades, agora, já coordenadas entre si, no meu entender, evitou uma crise generalizada no sistema bancário em questão.

Na Europa, às voltas com um problema de grande vulto em tradicional Banco suíço, uma ligeira onda de pânico levou o BCE e todos os Bancos Centrais das diversas jurisdições da Região a abrirem suas comportas de liquidez para os bancos (redescontos, refinanciamentos, compras de títulos). A solução dada ao problema do Crédit Suisse aliviou todo um clima de tensão no velho continente, mesmo com alguns pontos contestáveis por credores insatisfeitos, portadores de títulos subordinados (títulos contingentes: AT1, *contingent convertibles* abreviados para “CoCos”). Em tempos de bonança anteriores, a prudência de alguns investidores se recolheu.

E também se desenvolveram acordos para *swaps* de liquidez diária (em vez de semanal) entre o mercado americano e o europeu. Desta forma, igualmente se evitaram corridas bancárias no velho continente, embora a situação, como um todo, de bancos europeus não seja das mais confortáveis, desde 2008.

Tanto na Europa quanto nos EUA, eventuais problemas que ainda surjam estão em categoria administrável para os Bancos Centrais e não têm o condão de provocar situações emergenciais de vulto genéricas.

LUCROS DOS BANCOS REGIONAIS – Os Bancos Regionais tiveram de imediato uma queda em sua rentabilidade, em face da nova realidade de suas fontes de recursos. Grande parte eram recursos de risco, de participação no seu capital. Agora, seletivamente, mudaram abruptamente para endividamento, com taxas de juros a serem pagas, algumas bastante salgadas para aquele mercado. Os lucros esperados nos balanços sofreram redução significativa.

O *Financial Times* (NY) relatou que o Citizens Financial Group de Providence, o 15º maior banco dos EUA, prevê uma redução de cerca de 50% de sua receita líquida, ante a nova situação, muito embora ainda projete crescimento. Outros bancos como o Truist, Fifth Third, de Cincinnati e o Zions, de Salt Lake City, fica-se conhecendo de nome e sabendo que estão sentindo efeito em sua rentabilidade. Cerca de US\$69 bilhões foram retirados de regionais, num primeiro momento, de um total de US\$600 bilhões, retirados de depósitos em bancos neste ano, nos EUA, em função das taxas de juros atraentes de títulos de dívida. Alguns regionais, que não foram alvo de retirada de recursos, tiveram boas captações ao reverso. Ex.: Western Alliance, de Phoenix.

RISCOS SISTÊMICOS E O MERCADO FINANCEIRO DO BRASIL – Tem passado longe do mercado financeiro brasileiro qualquer temor de contágio por crise sistêmica que eventualmente surgisse desta crise bancária localizada, nos EUA. Não há vasos comunicantes bancários com o sistema brasileiro. Desde logo, também, fica claro que as autoridades americanas, em especial o FED e o Tesouro, já têm um monitoramento para grandes bancos daquela jurisdição (estes, sim, com alguma relação com nosso mercado), que se reconhece como apto a blindar o sistema contra grandes *debacles*. Bem capitalizados e distanciados de operações arriscadas em progressão, sua

situação atual não porta perigos para eventuais (e relativamente raras) operações com o mercado brasileiro.

Tem-se especulado que uma eventual redução de juros, ou estancamento de seu progressivo aumento, no mercado americano, poderia influenciar a queda de juros no Brasil. Confere, mas nossas taxas de juros altas eventualmente atraem investimentos americanos em títulos brasileiros.

“As taxas de juros no Brasil sofrem, sobretudo, uma pressão pelo fato de a oferta de recursos livres ser afetada (diminuída) pelo volume de crédito direcionado a taxas subsidiadas ou condições especiais, por força de regulamentação oficial: cerca de 40,9% do total (incluindo bancos públicos), determinado pela regulamentação (R\$2,2 trilhões), com um crescimento superior a 14% em 12 meses.”

A comunicação do mercado financeiro americano com o brasileiro não é das de maior vulto, mas assume importância para entidades brasileiras em alguns aspectos. No mercado acionário, algumas empresas brasileiras de maior porte, como Vale e Petrobrás, conseguiram credenciamento para serem integrantes da listagem de ações negociáveis na New York Stock Exchange (NYSE). Nenhuma delas integra o índice Dow Jones, de ações ali mais negociadas, mas as cotações de mercado, em geral, guardam relação com o que aqui sucede com elas.

Podem dar ensejo a emissão de ADRs, American Depositary Receipts, representativos de ações de empresas brasileiras em custódia em instituições importantes do mercado, passíveis de negociação no mercado americano. Outras obtiveram registro para negociação na NASDAQ. A maior ou menor liquidez do sistema financeiro americano

logicamente pode influenciar no interesse por negociação de ações brasileiras ou na sua aceitação como garantia caucionária.

Empresas brasileiras têm também ali obtido receptividade a lançamentos de seus títulos de dívida, em dólares (*bonds*, *debentures* e outros). No momento, estes lançamentos estão em compasso de espera e não parece muito próxima a época de normalização. Instituições de vulto americanas têm penetração em mercados europeus e asiáticos, e boa capacidade de absorção de valores significativos. Podem auxiliar também na liquidez dos títulos após seu lançamento.

Há uma boa, em nossos termos, comunicabilidade, com altos e baixos, na aquisição de nossos Títulos do Tesouro, sobretudo, quando as nossas taxas de juros se mostram atrativas em face das alternativas americanas, europeias e asiáticas. O que, diga-se de passagem, costuma ser comum, quando as cotações do dólar, no mercado cambial, mostram razoável estabilidade, “ou quando existam disponíveis *swaps* e outros derivativos que afastem o risco cambial”.

Algumas instituições americanas e europeias também se integraram formalmente ao mercado brasileiro, registrando suas participações societárias, ou representações, no Banco Central do Brasil.

“Sobre instituições de grande porte americanas, nem entre elas, nem para fora do círculo de grandeza delas, se vislumbra dano preocupante para nossos mercados.”

Uma possível comunicabilidade indireta de uma crise bancária nos EUA (ou na Europa), em face do mercado brasileiro, seria uma recessão consequente, lá. Recessões em tais mercados, com os quais mantemos intercâmbio comercial importante, com certeza ser-nos-iam prejudiciais.

Até o momento, não parece haver ameaça de recessão nos EUA (ou na Europa). Já, há algum tempo, alguns analistas americanos acenam para a possibilidade de recessão, em pouso suave ou abrupto. Neste ínterim, contudo, já houve aumentos sucessivos de taxa referencial do FED e, embora com menos vigor, no BCE. A preocupação predominante lá é com a inflação, que intui uma observação de economia com crescimento resiliente.

As taxas de juros do FED estão elevadas, em face da inflação. Também o Banco Central Europeu não dá sinais neste sentido. O único e improvável ambiente naquelas jurisdições seria o de uma estagflação. Não é aferível. Uma pausa em tais aumentos ou reduções não significativas não pareceriam indicar ameaça de recessão séria.

Com a palavra os ilustres colegas economistas para falar desta possibilidade.

NOSSO MERCADO FINANCEIRO – Recentes abalos internos, de vulto, na consistência de créditos concedidos por algumas de nossas instituições financeiras a redes de consumo varejista e outros devedores de vulto, passaram a frequentar nosso noticiário.

Pelo menos sete empresas ou grupos empresariais enfrentam dificuldades em seus recebimentos/pagamentos.

São fenômenos internos, no Brasil, não tendo a ver, diretamente, com eventuais abalos de crédito em outros mercados.

Provisões, nos balanços de nossos principais bancos, levando em conta alguns devedores em falta, chamaram a atenção dos analistas, pelo seu vulto. De um modo geral, se pode afirmar que agiram conservadoramente, com provisões vultosas, números inéditos para

um só devedor, que reduziram os lucros previstos, mas não desaguraram em levar a declaração de prejuízo no balanço.

Chamou a atenção o aumento de empresas de grande porte, algumas ligadas ao comércio varejista, em fase de negociação bancária de outros débitos relevantes, mas tudo indica que, como de outras feitas, serão encaminhadas soluções não traumáticas ao mercado, para tais inadimplências.

A declaração de falência me parece a pior alternativa, dado o histórico de baixíssimos índices de pagamento ao final de longos anos em Juízo.

ANTECEDENTES DE CRISES NO BRASIL – Uma primeira constatação surge desde logo: o sistema financeiro brasileiro experimentou, durante mais de meio século, uma fase de depuração e de aperfeiçoamento regulamentar. Neste período, o Bank for International Settlements (BIS) editou normas orientadoras de supervisão bancária. Os Acordos de Basileia, aceitos nas diversas jurisdições, e pelos quais se estabeleceram regras de segurança operacional, requisitos de lastro de capital (inclusive capital contracíclico), que foram fundamentais para a estabilização bancária internacional. As regulações brasileiras foram sendo aperfeiçoadas, sob a pressão de acontecimentos negativos no nosso mercado e de quebras de instituições.

Os Acordos de Basileia foram de grande valia no aperfeiçoamento de nossa regulamentação e o Brasil é, das jurisdições, uma das que mais observam, atualmente, as regras prudenciais e, até, as excedem em zelo. Nosso sistema financeiro externa grande segurança, em especial nas instituições de grande porte.

As crises de crédito foram localizadas em outras empresas de vendas no varejo e de energia, como já afirmado, mas não têm tido o condão

de abalar o sistema financeiro, que, ao que tudo indica, as vêm administrando a contento. Podem diminuir os lucros, mas não ocasionar crises sistêmicas. Provisões vultosas para devedores duvidosos têm sido feitas pelas instituições, algumas no último trimestre do ano findo, outras ainda em curso neste semestre.

Diminuíram os lucros, mas não abalaram a solidez dos bancos bem capitalizados, com reservas apropriadas a crises de maior vulto. Outros problemas decorrentes, sobretudo, do maior endividamento das famílias, para consumo, não parecem de problemática absorção e solução pelos bancos, embora exijam atenção crescente, nas circunstâncias atuais.

“Uma diminuição no ritmo de crescimento do crédito certamente está ocorrendo e deverá ter efeito no crescimento econômico geral, exceto, até o momento, no setor agrícola.”

Os índices de inadimplência têm-se mostrado relativamente “comportados”, até o momento, embora seja de se prever um aumento no correr do ano.

A carteira de crédito dos três maiores bancos privados do Brasil ascende a R\$2,620 trilhões, com pequeno crescimento no primeiro trimestre deste ano (0,48%). A inadimplência geral pode ter chegado, no ano passado, a atingir 5,1%, no caso das PME (pequenas e médias empresas) e entre 3,2% e 6,2%, no primeiro trimestre.

“É previsível um crescimento menor da carteira, este ano, bem como um olhar mais atento à evolução dos negócios no ramo de cada empresa, e à situação atual do empreendimento.”

Estes índices têm que ser bem analisados em face dos critérios de cada banco em matéria de provisionamentos e das suas reservas, *vis-à-vis* volume operacional.

Em 24/05/2023, o Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil decidiu manter o nível atual de capital contracíclico dos bancos, ou seja, não exigiu aumento em face da situação atual. Foi lembrado que “as crises do Silicon Valley Bank (SVB) e Signature Bank e do banco Suíço Crédit Suisse não tiveram impacto relevante sobre o sistema financeiro brasileiro”. Declarou, também, que “se mantém atento à evolução do cenário doméstico e internacional e segue preparado para atuar, minimizando qualquer contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais”. A influência do ingresso da crise em nosso meio poderia resultar na desvalorização de títulos e valores de titularidade brasileira e de créditos de nossas instituições contra determinados devedores, sobretudo, externos.

O saldo anual de crescimento das carteiras de crédito imobiliário continua alto, nas circunstâncias, acima de um dígito, mas a inadimplência não chegou a 3%.

O crédito comercial apresenta índices anuais de crescimento maiores, chegando a beirar os 5%.

Estão em fase de reestruturação dívidas de algumas empresas de grande porte. Tal fato, por ora, se insere na normalidade da vida bancária.

Quando se observa o índice anual de inadimplência geral, nota-se um crescimento substancial, embora sobre números referenciais ainda moderados. Gera necessidade de atenção, e se deve ter o cuidado de não levar as instituições financeiras a assumir riscos marginais imprudentes.

O agronegócio, em franca expansão, tem a inadimplência anual mais baixa, não chegando a 0,5%.

De qualquer forma, os bancos brasileiros vêm se precavendo em termos de reduzirem suas taxas de crescimento do crédito para margens menos arriscadas. Três de nossos maiores bancos privados encerraram, no espaço de um ano, 296 agências consideradas não produtivas.

EPISÓDIOS SUCESSIVOS, DESDE A LEI DE REFORMA BACÁRIA (LEI 4.595/1964) E LEI DE MERCADO DE CAPITAIS (LEI 4.728/1965)

A Diretoria de Operações Bancárias, antes da fundação do Banco Central, exercia funções de concessão e registro de operações de redesconto e refinanciamento concedidos aos bancos. Uma outra repartição afeta a esta Diretoria, a CAMOB, assim denominada eufemicamente (Caixa de Mobilização Bancária), cuidava das instituições financeiras em situação especial ou de inadimplência.

Por estas voltas que a vida dá, acabei sendo indicado para frequentar, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, um Programa Especial de Mercado de Capitais, preparatório para prosseguimento em programa especial de alguns meses na New York University (NYU), nos EUA. Já tinha editado, em 1965, um opúsculo (que registrei no MEC) sob o título *Mercado de Capitais*.

O desafio era enorme para mim, como advogado, ante os demais participantes, economistas e engenheiros. Meu interesse, contudo, na matéria e, também, por estímulos de professores como Mário Henrique Simonsen, resultaram numa certidão provida pela FGV de que tinha sido o melhor colocado nos testes realizados por professores brasileiros e da NYU. Não talvez porque tivesse conhecimentos

melhores pertinentes da grade integral de conhecimentos do curso de Economia, mas porque me focara no estudo do mercado de capitais e de suas instituições, nos seus fundamentos econômicos e nas técnicas respectivas.

Entusiasmei-me pelo mercado de ações por ser uma forma de democratizar a propriedade de importantes meios de produção.

Aproveitei ao máximo os estágios realizados no Citybank e em uma grande corretora na New York Stock Exchange (NYSE). Retornando ao Brasil, fui aproveitado na Assessoria Técnica da Gerência de Mercado de Capitais – Banco Central –, onde se produziam sugestões de regulação da área jurisdicionada.

O mercado de capitais, no Brasil, em 1964, era incipiente e oferecia enormes riscos, sobretudo, aos investidores em ações, pessoas físicas.

Havia na época colocação no mercado de letras de importação. Preocupavam também às autoridades, colocações no mercado de notas promissórias emitidas por pessoas jurídicas (como se fossem *comercial papers* americanos) e, até, *res mirabilis dictu*, documentos lembrando o formato exterior de notas promissórias ou letras de câmbio, que nada mais eram que “antecipações de dividendos futuros”, com renda mensal vinculada em adição!!!

Para aquelas notas promissórias colocadas no mercado, que chegavam a fornecer rendimento de agiotagem, foi concebido por algum “gênio” uma solução típica de burocracia: genericamente, só teriam validade aquelas NPs que fossem objeto de registro especial criado no Ministério da Fazenda! Há de se imaginar a celeuma criada com esta norma que feria de morte um título com aceitação universal no relacionamento entre pessoas, mundo afora. Abolido o registro, foi editada uma norma

mais inteligente: só poderiam ser objeto de colocação pública no mercado de capitais os títulos cambiais (notas promissórias e letras de câmbio) com coobrigação de instituição financeira.

Realçou-se, assim, a legitimidade das letras de câmbio emitidas por Sociedades de Crédito e Financiamento, devidamente autorizadas e registradas no Banco Central do Brasil. Desta forma, os demais títulos cambiais de transações privadas, retornaram à normalidade, fora do mercado de capitais.

Uma crise desenhou-se, entretanto, no âmbito destas financeiras – sociedades de crédito e financiamento –, tendo a Diretoria do Banco Central levado a cabo uma assistência especial a financeiras que resultassem da fusão/incorporação de cinco delas, em dificuldades, concedendo-lhes uma carta-patente de Banco de Investimento. O mercado recém saíra de um ambiente de regulação pouco especializada e o programa teve sucesso. Minha área, que era normativa, e não fiscalizadora, cooperou na padronização dos balanços das financeiras, a pedido do Ministro da Fazenda de então.

CRISE DE INADIMPLÊNCIA E OS BANCOS – Na realidade, o mercado de capitais tinha um potencial de contribuição enorme para o desenvolvimento do país. Estava, contudo, coxo, com preocupações centradas em instituições que introduziram, é verdade, hábitos de poupança financeira na população, mas sem uma base institucional para títulos e valores mais condizente, de participação no capital das empresas privadas ou mesmo participação em títulos de débito consolidado, de maior prazo e finalidade, como debêntures ou títulos equivalentes aos *bonds* americanos.

Por volta de 1971, houve uma conscientização quanto à importância, para o país, de um mercado de ações desenvolvido. Mas o que

resultou foi uma especulação de curto prazo que tinha tudo para dar errado, porque se baseou em incentivos psicológicos a pessoas físicas, sem estrutura sólida de entes jurídicos, como fundos de pensão e seguradoras. Estas entidades asseguram investimentos mais fundamentados e com objetivos a médio e longo prazo. Investimentos com base em bons fundamentos têm maior estabilidade nas carteiras, mesmo ante movimentos especulativos de curto prazo, como nos evidenciava o exemplo americano, apesar de todas as suas crises.

Autoridades governamentais tiveram boa vontade em adotar medidas de estímulo ao mercado acionário. Mas, como visto, inexistiam investidores institucionais sólidos para tal mercado.

Instado a retornar de uma licença, para assumir a Gerência de Mercado de Capitais, declarei-me não simpático, no sentido de recuperar as cotações das ações, mediante aportes financeiros das autoridades. Pouco ou nada adiantaria ver o mercado ter uma subida artificial, insustentável ao longo dos anos. Era preciso dotar o mercado de instituições investidoras com propósitos de médio e longo prazo. Os fundos de pensão, fundamentais para a expansão do mercado americano, tinham sua existência significativa obstada por fatores importantes:

– Primeiro, o desconhecimento e pouco caso dos banqueiros. Até hoje tenho gravada na memória a lembrança de dois importantes banqueiros, em reunião no Banco Central, referirem-se seguidamente, com desdém, a *pension funds* americanos, em vez de *pension funds*, tal era seu desconhecimento da área de mercado de capitais e de seus principais partícipes, nos EUA.

– Segundo, as contribuições patronais para os fundos de pensão não eram dedutíveis do Imposto de Renda empresarial.

– Terceiro, eram equiparadas a salários, por decisões das Cortes trabalhistas.

Estes entraves seriam posteriormente superados, mas, lamentavelmente, não prosperou a sugestão de que os administradores de tais fundos de pensão fossem sujeitos a habilitação como administradores de carteira, mediante credenciamento existente pela autoridade de mercado de capitais.

Quanto às seguradoras, aos poucos foram sendo editadas normas que tornavam investimentos de mercado de capitais possíveis, entre as alternativas percentuais estabelecidas.

– Sob a condução de Mário Henrique Simonsen, foi finalmente criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com atribuições normativas e fiscalizadoras, à semelhança da Securities and Exchange Commission (SEC) americana. Diferentemente do Banco Central, onde as atribuições normativas e de registro de instituições eram afetas à GEMEC, e as de fiscalização, à Inspeção de Mercado de Capitais (ISMEC), com quadros oriundos da fiscalização bancária.

Paralelamente, a este esforço fundamental para desenvolvimento do mercado de capitais e da própria economia, outras regulações e normas foram sendo estabelecidas nas negociações em Bolsas de Valores e no mercado de balcão, de modo a estabelecer obstáculos à fraude.

DO MERCADO DE CAPITAIS – Nos lançamentos primários de ações, igualmente, como descrevi na Carta Mensal n. 792, desta CNC (editada em homenagem ao ex-Ministro Ernane Galvêas), mesmo ao tempo de minha gestão da GEMEC, foram adotadas medidas corajosas que puseram fim a série de lançamentos opacos, sem a publicidade adequada, sobretudo, na área de empresas regionais incentivadas, que

ocasionaram prejuízos vultosos a investidores do mercado, justamente em sua fase incipiente.

Recebi importante suporte ministerial e do presidente do Banco Central, Ernane Galvêas, para adoção das medidas corretivas, até em face de pedidos contrários de outros ministros.

Em 1971, começara e estava em curso galopante a grande queda das cotações de ações nas Bolsas de Valores.

Criou-se artificialmente um clima de possível crise sistêmica, insistentemente se falando em “quebradeira” bancária, como sequela da crise nas Bolsas. O objetivo era de obter recursos a juros subsidiados e a pagar a longo prazo (ou mesmo a fundo perdido). Dois dados, contudo, me chamaram a atenção, apesar do interesse de estabelecer similaridade com a crise americana de 1929/1930, no mercado de ações, que levou a economia daquele país a uma séria recessão/depressão. No nosso caso, diferentemente, o sistema bancário não se integrou aos financiamentos de aquisição de ações ou com garantia de ações, como lá ocorreu. A crise no mercado americano atingira em cheio o sistema bancário. No nosso caso, não. Só as pessoas físicas. Não fazia sentido subsidiar as instituições financeiras.

Os lançamentos de ações novas (IPOs) ou lançamentos em sequência (*follow on*) foram feitos mormente no regime de melhores esforços (*best effort underwritings*), portanto sem vincular financeiramente a entidade lançadora. O total de lançamentos ascendera, em 2 anos, a mais de US\$1 bilhão, número simplesmente fantástico para um mercado incipiente. De lamentar, contudo, os maus hábitos de alguns lançadores, inicialmente no tocante a transparência de dados (*disclosure*), depois em práticas de *marketing*. Dos poucos lançamentos com compromisso de colocação (*firm underwritings*), restaram uns dois ou três causando

supostos problemas financeiros a entidades lançadoras, um banco de investimento e cerca de dez corretoras no Rio e em São Paulo.

Os inspetores foram orientados a ouvirem as reivindicações e, posteriormente, analisarem em profundidade não só as operações ditas problemáticas, mas igualmente as demais e a situação dos controladores ou empresas controladoras das entidades de mercado. O problema do banco de investimento foi resolvido com posterior fusão. Os demais problemas eram só aparentes: podiam ser resolvidos pela instituição ou pelos controladores. Nenhum recurso público, assim, foi mobilizado.

As soluções financeiras adotadas por algumas instituições e corretoras lançadoras, nestes casos, nem sempre tinham obedecido a normas de segregação de responsabilidades fiduciárias, mas de um modo geral os títulos lançados foram geralmente colocados junto a investidores, pessoas físicas, ou absorvidos por fundos de investimento administrados pelas instituições. Fundos estes tendo como cotistas tipicamente pessoas físicas.

Uma exceção foi aberta, num cochilo das autoridades. Foram adquiridas cotas de fundos de investimento que estavam sob forte pressão de resgate de seus cotistas, pessoas físicas, sob pressão da instituição financeira administradora. Houve um volume razoável de aquisições, no início, mas longe de representar uma solução. A fonte de recursos foi o incipiente PIS, que fornecia os dados de suas disponibilidades à área bancária do BACEN. Após consulta formal à GEMEC, meramente para saber do Fundo postulante, suas necessidades e carteira respectiva, um montante de aquisição era definido.

Este mecanismo durou pouco, dada certa animosidade que se estabeleceu entre postulantes, receio de ocasionar prejuízos permanentes, bem assim exigências corretas do PIS, relativamente a

ações integrantes das carteiras dos fundos. Não seriam elegíveis, por exemplo, fundos que fossem participar de megalançamentos projetados de empresas estaduais de energia (CESP, CEMIG). Foi contestada a alegada ingerência indevida na gestão dos fundos, já que o PIS era um investidor com liberdade de escolha.

Alguns anos se passaram e o temor de que estas aquisições dessem prejuízo ao PIS se esvaiu com o tempo. Foi publicado pela entidade levantamento que, ao contrário, apontou lucro com elas.

O APRENDIZADO DAS LIQUIDAÇÕES DE GRUPOS FINANCEIROS – Este episódio da crise no mercado de ações foi apenas um entre muitos que foram ocorrendo em nosso mercado, mas que nunca iniciaram uma crise sistêmica no Brasil. Rendo aqui uma homenagem às autoridades do Banco Central do Brasil, que souberam administrar problemas de vulto ocorridos com instituições do mercado. Sem deixar que problemas, por maiores que fossem, em instituições, se espriassem, semeando pânico, com hecatombes financeiras a dismantelar um sistema construído por grandes e competentes administradores bancários. Procedeu-se a uma blindagem do sistema, mesmo diante de uma legislação um tanto hostil ou omissa, a dificultar soluções, bem assim incompreensões políticas.

Diga-se de passagem, que autoridades no Executivo e no Judiciário sempre estiveram à altura de compreender os problemas que poderiam ser gerados e a enormidade deles. Problemas de monta houve em instituições, algumas de grande porte, mas o sistema de liquidações de instituições logrou confiná-los, sem propagação ao sistema. Estas negociações nem sempre foram favoráveis aos credores, verificando-se a ocorrência de moedas de pagamento inferiores ou bem inferiores a 1, ou seja, credores receberam menos de 100% de seus créditos.

É da própria natureza da necessidade de intervenção, desaguando em liquidação extrajudicial ou falência, que os bens do ativo não sejam suficientes para liquidar o passivo das instituições. De qualquer forma, mesmo com a superveniência de normas legais proibindo o uso de recursos oficiais na solução dos problemas, não houve extravasamento para crises sistêmicas em todo o período de existência do Banco Central.

Apesar da ausência de crises sistêmicas, as liquidações extrajudiciais não deixaram de trazer grandes problemas para os atingidos pela inadimplência. O tempo desta palestra não dá para maiores digressões sobre episódios dolorosos nos processos de liquidação extrajudicial ou falência de instituições financeiras. O cuidado e o rigor das entidades fiscalizadoras em face das instituições é de todo aceitável e recomendável. O olhar dos administradores das instituições nunca pode deixar de estar vigilante quanto à consistência das aplicações dos recursos. Descuidos são imperdoáveis.

Lembro-me que, de certa feita, embora não fosse fiscalização a minha área de atuação, convoquei um inspetor importante para fazer ver a ele que determinada sociedade de crédito e financiamento já vinha publicando, há dois semestres consecutivos, balanços em que seu passivo, representado por letras de câmbio, era bem maior que seus ativos de operações de financiamento. Acontece que as financeiras só podiam emitir letras de câmbio com lastro em operações de financiamento realizadas. A instituição estava, certamente, fora dos regulamentos e com problemas, como se veio a apurar posteriormente.

Nas liquidações, apesar de fora de minha jurisdição, como disse, tomei conhecimento de pessoas humildes vendo abruptamente esfarinhar-se dinheiro poupado, às vezes, por anos. Exemplo disto foi a compra de títulos de crédito de uma instituição por uma associação de costureiras, que funcionava junto a uma fábrica de tecidos finos.

Elas se especializaram em replicar modelos de vestidos de grife para damas da sociedade e ganhavam somas razoáveis com sua atividade. Pois bem, dois dias antes da decretação da liquidação extrajudicial de uma instituição, o seu diretor de *marketing*, acredito eu que, imprudentemente, sem conhecimento da situação por que ela passava, conseguira aplicação integral das economias da associação de costureiras em títulos da financeira. É de se imaginar o drama daquelas profissionais humildes e competentes.

Ouvia frequentemente, reclamações quanto à “frieza” do Banco Central em decretar as liquidações, mas na realidade o ato de liquidação era uma mera formalidade para estancar um problema que já tinha se desenvolvido à sorrelfa pela instituição, de tal sorte que seus passivos não eram mais suscetíveis de cobertura pelos seus ativos.

Não se justificaria uma liquidação quando os ativos superassem os passivos da instituição. Pode haver casos em que a falta de liquidez dos ativos ocasiona falta de capacidade de pagamento tempestivo dos passivos exigíveis e uma intervenção ou liquidação, dependendo do caso, se fez necessária.

Entretanto, o patrimônio imobiliário da empresa e do empresário era bastante superior às exigibilidades, não se justificando que as negociações para satisfação dos credores ocorressem no âmbito de funcionários do Banco Central. Conseguiu-se provar à Diretoria do Banco Central que era forçoso suspender a liquidação.

Ocorre que também na área financeira pode haver pressões políticas. À época, era Presidente do Banco Central pessoa, não muito familiarizada com os problemas da área. Recebeu pressões de políticos para não assinar uma suspensão de liquidação extrajudicial perfeita e tecnicamente fundamentada, já aprovada pela Diretoria do BACEN.

Foi necessário recorrer ao Judiciário. Recebeu o então à frente do Banco Central determinação de uma Desembargadora de assinar o levantamento da liquidação, dando-lhe um prazo de uma semana para atender, sob pena de prisão.

Problema idêntico, justificador do levantamento de liquidação, ocorreu com uma empresa de Crédito Imobiliário do sul do país, a Habitasul, pelos mesmos fundamentos, não havendo, contudo, o “imbróglio” político.

Outras curiosidades ocorridas neste âmbito de liquidações foi a situação difícil a que chegou um banco com vinculações externas, em virtude da recomendação, vinda do exterior, de contratação de um economista de renome, no Brasil, para chefiar o setor de análise de projetos. A recomendação foi útil até certo ponto, pois os projetos ou participação em projetos de outros bancos passaram a ser bem apresentados, com argumentação econômica muito bem desenvolvida. Houve, contudo, certo descuido com aspectos financeiros, com o conhecimento de pessoas e das práticas negociais de mercado. A situação evoluiu a um ponto em que os controladores do banco consideraram melhor alternativa uma incorporação por outro banco, perdendo sua identidade.

CONCLUSÃO – Se, de um lado, liquidações isoladas de instituições financeiras, no Brasil, exteriorizaram práticas condenáveis, não houve, contudo, extrapolações, no sentido de os problemas se comunicarem ao mercado, em crises sistêmicas, apesar do vulto de algumas liquidações.

As autoridades brasileiras, mesmo não dispondo de instrumentos como os vistos nas ameaças de crises americanas, agiram de forma rápida, inteligente e eficaz para evitar crises sistêmicas. No meu entender, são dignas de homenagens.

O TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DENTRO DA CONJUNTURA NACIONAL E A RECUPERAÇÃO BRASILEIRA EM 2021

Meton Soares

Junior

Advogado

Fundador e

ex-presidente da

Fenavega

Considerações iniciais

Todo método ou forma de se realizar o transporte recebe o nome de modal. O transporte, por sua vez, inclui a parte mais visível da operação logística, incluindo a infraestrutura composta por vias de acesso, veículos e unidades organizacionais. Para o transporte de cargas, esses modais são classificados em cinco categorias: rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário e aeroviário.

Nesse sentido, uma das principais decisões de uma empresa na hora de efetuar o transporte é a escolha do modal mais adequado ao produto que pretende transportar, já que cada modal possui custo próprio e adequação ao tipo, que se baseia em características operacionais específicas. A escolha do modal terá impacto em todas as operações já que o transporte representa em média, 64^o% dos custos logísticos e 4,3% do faturamento da empresa.

No tocante ao modal aquaviário, este utiliza barcos, navios, canoas e balsas, por áreas navegáveis. Este modal se divide em transporte marítimo (navegação em mar aberto), que ocorre nos oceanos e ao transporte fluvial (vias navegáveis interior), que ocorre nos rios.

O transporte marítimo se divide em quatro espécies: longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário.

Já o transporte fluvial é beneficiado pelas características geográficas do território brasileiro, que são muito favoráveis a essa espécie, visto que o país possui uma rede fluvial e lacustre com 63 mil km de extensão, sendo quase 27 mil km de rios navegáveis e 15 mil km de vias potencialmente navegáveis, segundo dados da ANTAQ.

As principais vantagens do transporte aquaviário estão na grande capacidade de carga; baixo custo de transporte e manutenção; baixo custo de implantação; baixa emissão de gases poluentes, e a segurança e o funcionamento durante todo o dia.

Entretanto, suas desvantagens situam-se na baixa flexibilidade; no transporte lento e influenciável pelas condições climáticas e no uso de um modal complementar para a entrega das cargas, utilizado para itens de baixo valor agregado.

Dentro da matriz brasileira de transporte de cargas, o transporte aquaviário responde por cerca de 13%, o que inclui a cabotagem e o transporte fluvial, e as hidrovias aparecem com apenas 5%, o que não implica afirmar que as hidrovias foram deixadas de lado no Brasil. Ao contrário, o cenário geoeconômico-político revela que houve um grande crescimento no uso do transporte hidroviário, especialmente na Região Norte, em função de investimentos em infraestrutura feitos nos últimos governos, principalmente com a finalização da BR-163, quando a iniciativa privada se encarregou de viabilizar o incremento do transporte hidroviário. Como há necessidade de priorização dos poucos recursos públicos para investimento em infraestrutura, a prioridade de ações é, na maioria das vezes, na malha rodoviária. A BR dos Rios é claramente uma tentativa deste governo no incremento do transporte hidroviário.

Associado a isso, ainda existe a questão ambiental, onde se tem um posicionamento equivocado de outras autoridades federais, que veem as hidrovias como prejudiciais ao meio ambiente, especialmente na Amazônia, quando a realidade é exatamente o contrário. As licenças ambientais para implantação de terminais, execução de derrocamentos e eclusas e outras iniciativas são muito demoradas, o que faz com que a navegação de interior fique travada na sua expansão. Portanto, não é o Poder Executivo o responsável, mas outras instâncias federais.

No que diz respeito ao transporte marítimo no país, apesar de sua relevância para a economia, esse tem apresentado reduzida competitividade em relação aos demais países.

Mesmo diante dessas dificuldades, é possível reconhecer que o modal aquaviário vem ganhando espaço, tanto pelo custo variável baixo comparado aos outros modais, quanto por sua capacidade de carga elevada. Além disso, esse modal é conveniente para o país, que tem uma alta taxa de exportação de *commodities*. E, na Região Norte do país, é o mais conveniente, sendo muitas vezes o único modo de transporte.

Panorama atual do transporte aquaviário no Brasil

Segundo o relatório do Banco Mundial publicado em 2014, o Brasil caiu 20 posições no *ranking* mundial de logística que mede a eficiência da cadeia de transporte, portos e transferência de mercado em 160 países. O Brasil passou a ocupar 65º lugar no *ranking* (World Bank, 2014). Tal fato demonstrou a fragilidade da situação brasileira, em especial, a capacidade de transporte no Brasil, o que afeta o desempenho das empresas no mercado nacional e internacional, prejudicando a economia brasileira.

A infraestrutura brasileira não acompanhou a evolução da economia nas últimas décadas. E nos últimos anos ocorreu a interiorização da produção industrial. A fronteira agrícola e pecuária se expandiu para as regiões Centro-Oeste e Norte, enquanto a indústria de base e bens de consumo cresceu na Região Nordeste.

O crescimento do estado brasileiro, especialmente após o advento da Constituição Federal de 1988, assim como toda a vinculação orçamentária, tornou a capacidade de investimento público limitada e por conta disso, ocorreu a deterioração da infraestrutura existente e o crescimento marginal da nova infraestrutura necessária.

Entretanto, justamente por conta de iniciativas dos últimos governos federais, incluindo o atual, que viabilizaram investimentos vultosos da iniciativa privada no transporte hidroviário na Região Norte, o agronegócio tem se favorecido, o que é um ponto positivo para o Brasil. Dentre as ferramentas disponibilizadas pelo governo federal para investimento no setor, está o imprescindível Fundo de Marinha Mercante (FMM), que possibilitou a maior parte dos financiamentos da atual frota hidroviária que atende ao agronegócio.

Não obstante a indústria naval brasileira vive um período desafiador, visto que praticamente não há encomendas de novos navios e os estaleiros do país estarem, em sua maioria, apenas realizando serviços de reparação, o horizonte é de novas oportunidades.

Como se sabe, o Brasil sempre teve um arcabouço legal muito favorável à construção naval nacional o que possibilitou a criação, crescimento e manutenção de uma indústria naval forte. Esse arcabouço foi significativamente alterado, principalmente para a grande indústria naval, com a aprovação da BR do Mar.

Os efeitos dessa alteração ainda precisam ser melhores estudados, com o aperfeiçoamento desse arcabouço, sem alterar as conquistas que a construção naval teve ao longo das últimas décadas, favorecendo efetivamente as empresas brasileiras de navegação, mantendo o FMM, principal e essencial fonte de financiamento da construção naval brasileira, protegendo o mercado nacional, como é feito em todos os países que tem uma indústria naval pujante, como EUA, Coreia, Japão e outros, com a obrigatoriedade de um conteúdo nacional mínimo e viável. No que diz respeito a construção naval hidroviária, é preciso eliminar as amarras existentes que limitam os investimentos em infraestrutura.

A recuperação econômica brasileira em 2021

O crescimento econômico é a base de qualquer sociedade em busca de desenvolvimento. Ele representa um fator que baliza as arrecadações do Estado, as oportunidades de emprego, a atração e a realização de investimentos, as expectativas, estabilidades sociais e políticas etc.

É sabido que o Brasil ainda se recuperava progressivamente dos anos recessivos de 2015 a 2016 quando foi atingido pelos efeitos da pandemia de Covid-19. O país vem, portanto, de anos de baixo crescimento que, caso se prolongue em demasia, podem deteriorar as bases para a manutenção e recuperação da atividade econômica no que tange tanto ao capital físico quanto ao capital humano.

Sendo assim, a retomada sustentada do crescimento representa atualmente uma pauta essencial para o contexto nacional.

Na avaliação recente feita pela CNT, o desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre de 2021 superou as expectativas dos analistas de mercado em meio à segunda onda da pandemia no Brasil,

com o pico no mês de março. Acompanhando esse movimento, o setor de transporte registrou uma taxa marginal de crescimento acima da economia brasileira. Na comparação entre o primeiro trimestre de 2021 e o último de 2020, o transporte cresceu 3,6%, enquanto a economia brasileira cresceu 1,2%. Porém, após um ano turbulento, é importante o questionamento sobre as virtudes e limitações desse resultado positivo para o país.

Considerando primeiramente um cenário mais amplo com relação ao crescimento econômico, indicadores que captam a trajetória do nível de atividade mostram que o transporte, por ser um setor-chave, seguiu um padrão de evolução parecido com o PIB nacional, porém mais sensível às oscilações econômicas.

O transporte sofreu quedas mais acentuadas tanto na recessão de 2015 e 2016 quanto no período referente à pandemia de Covid-19. Entre o terceiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, o setor apresentou uma recuperação dos efeitos da pandemia, fechando este último com um nível de atividade aproximadamente 1,0 ponto percentual (p.p.) abaixo do patamar pré-pandemia. Já a economia brasileira conseguiu repor o patamar de referência pré-pandemia.

Com isso, se percebe que, em termos de atividade, os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a economia retomou os níveis de atividade pré-crise da Covid-19, porém ainda não chegou no patamar de pré-recessão de 2015-2016. Por sua sensibilidade aos impactos econômicos, o transporte precisa, de fato, de taxas de crescimento maiores para conseguir recuperar o nível de atividade anterior à crise da Covid-19 em um intervalo de tempo semelhante ao da economia geral. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador considerado uma "prévia" do

produto interno bruto nacional e de divulgação mensal pelo Banco Central do Brasil, pode apontar o desempenho da atividade econômica nacional no segundo trimestre de 2021.

Em outras palavras, apesar da economia brasileira ter passado por grandes desafios na última década, intensificados pelos substanciais impactos gerados pela pandemia de Covid-19, desde o quarto trimestre de 2020, a atividade tem dado sinais de recuperação mais pronunciados, alcançando os níveis pré-pandemia já ao final do primeiro trimestre de 2021 em diversos indicadores. Isso pode ser constatado pelo crescimento um pouco mais diversificado entre os setores, ainda que em ritmos diferentes, com destaque para o agropecuário, e da melhora em indicadores tais como da confiança de empresários e consumidores e do aumento do uso da capacidade instalada da economia.

No cenário fiscal, houve um expressivo aumento do gasto público em virtude dos programas de sustentação do emprego e da renda, o que elevou o nível de endividamento público de maneira abrupta. Apesar de necessário para atenuar os impactos socioeconômicos da Covid-19, este aumento do gasto deve ser monitorado pelo governo brasileiro de modo a não contribuir para a geração de incertezas quanto à solidez da economia e sobre a capacidade de pagamento do governo.

Um primeiro indicativo sobre o comprometimento do governo brasileiro com relação à sua situação fiscal foi registrado com a arrecadação superior a despesa no primeiro trimestre deste ano. Se por um lado esse resultado é positivo do ponto de vista da redução da relação dívida/PIB, por outro, a possível manutenção dessa posição pode significar um aperto referente aos gastos para investimentos no futuro, essenciais para manter toda a infraestrutura de transporte em pleno funcionamento, para a sustentação do crescimento, aumento da produtividade do país e para a redução do Custo Brasil.

Quanto ao transporte, este também tem apresentado uma recuperação nos últimos meses, com saldos positivos entre admissões e desligamentos no mercado de trabalho desde fevereiro deste ano e aumento no volume de serviços, apesar de uma certa diferença no ritmo desta recuperação entre os modais.

PIB do setor de transporte cresceu 3% no segundo trimestre de 2022 e 11,7% em relação ao mesmo período de 2021 (Fonte: CNT)

O Produto Interno Bruto (PIB) do transporte, armazenagem e correios cresceu 3,0% no segundo trimestre de 2022 e 11,7% em relação ao segundo trimestre de 2021. As informações foram divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 1º de setembro de 2022.

Esse resultado se mostrou acima do primeiro trimestre, quando o PIB do setor cresceu 2,5%.

O desempenho do transporte se mostrou acima do PIB geral, que cresceu 1,2% em relação ao trimestre anterior. No comparativo com esse mesmo trimestre, o PIB aumentou 3,2%.

Dentre os grandes setores, o grupo de serviços apresentou a maior evolução em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de 4,5%, indicando uma recuperação importante dos efeitos da pandemia, e de 1,3% em relação ao primeiro trimestre de 2022. A indústria cresceu 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior e 2,2% no trimestre, e a agropecuária apresentou redução de 2,5% no comparativo com o ano anterior e aumento de 0,5% em relação ao primeiro trimestre de 2022.

O transporte se destacou com o segundo melhor desempenho, considerando os diferentes setores e subsetores de atividades

discriminados pelo IBGE na divulgação do PIB. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o setor ficou atrás apenas do grupo "outras atividades de serviços", de 13,6%. Esse fato reflete a evolução positiva do transporte ao longo do ano, tanto no volume de serviços quanto no emprego, e destaca a sua importância como atividade-chave para o desenvolvimento da economia nacional. O resultado da indústria foi influenciado principalmente pelo grupo "eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos", com o terceiro melhor desempenho (10,8%).

Na avaliação dos componentes do PIB pela ótica da demanda, o melhor desempenho se mostrou para a taxa de investimento, que cresceu 4,8% em relação ao primeiro trimestre de 2022. Em seguida, observa-se o consumo das famílias, com 2,6%, influenciado pelas medidas de transferência de renda, desonerações de preços administrados, como os combustíveis, e facilitação no acesso ao crédito, entre outros. No setor externo, as exportações de bens e serviços caíram 2,5% e as importações cresceram 7,6%.

O bom desempenho do PIB nos dois primeiros trimestres de 2022 está associado a uma série de políticas internas que visam reduzir a pressão inflacionária, como as desonerações sobre combustíveis e energia elétrica. Além disso, contribuíram para o crescimento econômico no segundo trimestre de 2022 a possibilidade de saque extraordinário do FGTS e o adiantamento de 13º salário para aposentados e pensionistas. Na primeira medida, o governo liberou, em 2022, em torno de R\$30,1 bilhões para saque. No caso da segunda medida, o INSS estimava que mais de 31 milhões de aposentados e pensionistas poderiam receber a antecipação a partir de 25 de abril, o que injetaria na economia por volta de R\$56,7 bilhões ao longo do segundo trimestre de 2022. Devem ser também considerados os pagamentos de benefícios

sociais a alguns grupos, como Auxílio Brasil, Auxílio Gás, e *vouchers* a caminhoneiros autônomos e motoristas de táxi, conforme prevê a Emenda Constitucional 123, de 14 de julho de 2022.

Apesar do bom desempenho do PIB nos dois primeiros trimestres de 2022, os próximos trimestres devem ser analisados com cautela, já que diversos fatores podem prejudicar sua progressão. No âmbito internacional, a busca da redução inflacionária pelos países centrais, em especial nos Estados Unidos, tende a gerar um impacto no crescimento econômico global. Ademais, ainda não estão resolvidas as restrições de oferta de *commodities* geradas pela política de combate à Covid-19 da China e pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

Mercado de trabalho nos segmentos de transporte avança em 2022 (Fonte: CNT)

O primeiro semestre de 2022 fechou com o saldo positivo de 56.561 postos formais de trabalho no setor.

De janeiro a junho deste ano, o transporte empregou 18.420 trabalhadores a mais que no mesmo período de 2021, e praticamente todos os segmentos do setor acompanharam essa evolução.

Os segmentos rodoviários de passageiros urbanos e de longo curso são os principais exemplos desse bom desempenho. Ambos saíram de um patamar negativo e voltaram a empregar mais do que demitir. O saldo acumulado em 2022 para o rodoviário urbano de passageiros e o rodoviário de longo curso é, respectivamente, de 3.913 e 620 vagas ocupadas. O resultado contrasta com o desempenho dos dois modais no primeiro semestre do ano passado, quando amargavam o fechamento de 19.545 e 7.814 vagas.

Outro bom resultado foi registrado pelo setor aéreo de passageiros, que se encontra com 1.668 vagas acumuladas neste semestre. No mesmo período do ano passado, o segmento havia perdido 255 vagas. O transporte metroviário de passageiros e marítimo de cabotagem também alcançaram resultados positivos, saindo, respectivamente, de -276 e -191, no primeiro semestre de 2021, para 41 e 198, no mesmo período em 2022, considerando o saldo entre admissões e desligamentos.

Dentre os diversos segmentos do modo aquaviário, o maior avanço no saldo acumulado de 2022 foi o da navegação de apoio, no qual houve criação de 1.019 novos postos de trabalho, 100 a mais que no mesmo período de 2021. Já no mês atual, houve um aumento de 131 vagas. Outro destaque foi a navegação interior, com um saldo positivo de 483 até este mês.

No marítimo de cabotagem, foram criadas 213 vagas até julho de 2022, resultado melhor do que no mesmo período de 2021, quando houve perda de 230 postos de emprego no segmento.

Com relação à forma como o saldo de empregos se distribuiu espacialmente, a análise das unidades da Federação (UFs) nos traz dinâmicas diferentes. São Paulo, que concentra parte significativa do estoque de empregos no setor de transporte, em função do maior contingente populacional do país, bem como por ser responsável por grande parcela do nível de atividade econômica nacional, foi o estado que apresentou o maior número de novas vagas criadas no setor transportador, tanto no acumulado do ano (28.274) quanto no mês corrente (3.252) julho. Nesse sentido, já é esperado que o estado reflita significativamente os resultados encontrados no país, salvo nos modos de transporte em que diferenças geográficas e regionais são determinantes.

Em relação aos demais estados com os melhores resultados no acumulado de 2022, estão Minas Gerais (5.834), Santa Catarina (5.213), Paraná (4.420) e Mato Grosso (3.471). Já nos empregos com carteira assinada somente no mês de julho, os demais destaques são para Minas Gerais (1.467), Rio de Janeiro (844), Rio Grande do Sul (543) e Mato Grosso (522).

Por outro lado, as UFs que ainda precisam se recuperar na geração de empregos neste ano estão na Região Nordeste: Alagoas (-446), Pernambuco (-401), Rio Grande do Norte (-219) e Maranhão (-74).

Cabe destacar que Pernambuco e Ceará tiveram uma piora significativa neste mês, registrando perdas de -353 e -202 vagas, nessa ordem. Em Pernambuco, a perda de vagas ocorreu principalmente no transporte rodoviário de cargas e, no Ceará, no transporte rodoviário de passageiros. Em contrapartida, Pará e Paraíba passaram a acumular saldos positivos na criação de novas vagas, se recuperando das perdas do primeiro trimestre de 2022. Em julho, os estados criaram 237 e 139 novos postos de trabalho formais, respectivamente, o que contribuiu para o total acumulado do ano chegar a 35 (Pará) e 118 (Paraíba).

Os apontamentos da Confederação levam em conta as informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Transporte segue contribuindo para o desempenho da atividade econômica em 2022 (Fonte: CNT)

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do transporte no segundo trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021 foi

de 11,7%. Na comparação entre as áreas acompanhadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o cálculo do valor de todos os bens e serviços produzidos no país, o setor ficou atrás apenas de "outras atividades de serviços", cujo percentual foi de 13,6%. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o PIB do setor também apresentou crescimento, de 3,0%.

Esse desempenho mostra que o transporte tem sido um dos grandes impulsionadores da atividade econômica no país.

Entre os fatores que contribuíram para o resultado do PIB em geral e do transporte, destacam-se políticas de incentivo ao consumo das famílias, como liberação de parte do saldo do FGTS e antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas. O pagamento do Auxílio Brasil e outros benefícios sociais a grupos específicos, assim como as desonerações tributárias sobre combustíveis e energia, também tem influência sobre esse resultado.

Queda do IPCA guiada pela continuidade da redução de preço dos combustíveis (Fonte: CNT)

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu 0,36% no mês de agosto, em relação a julho, segundo divulgação feita pelo IBGE em 09 de setembro de 2022. Com isso, já são 2 meses seguidos de redução do índice. Considerando a inflação acumulada em 12 meses, o índice geral de agosto foi de 8,73%.

O resultado foi proporcionado principalmente pelo grupo de transporte, com queda de 3,37% na inflação mensal. No acumulado em 12 meses, a inflação do transporte foi de 7,62%, atingindo o nível de um dígito após 16 meses (desde abril de 2021 essa taxa se encontrava em dois dígitos).

De forma similar ao mês de julho, o vetor central na queda inflacionária de transporte no mês de agosto foram os combustíveis, com taxa de -10,82%. A gasolina apresentou a maior redução (-11,64%), seguida do etanol (-8,67%). Por outro lado, diferentemente de julho, o preço do diesel reduziu apenas no mês seguinte (-3,76%). Com isso, a inflação acumulada em 12 meses para o diesel passou de 61,98% em julho para 53,16% em agosto de 2022.

Um dos fatores que pode ter influenciado a mudança no preço do diesel é a tendência de queda na cotação internacional do barril, desde junho desse ano, em que o petróleo Brent chegou a atingir US\$91,43/barril em 06 de setembro (US\$87,35/barril para o WTI). Diante de uma política de paridade, a queda de preço internacional do barril de petróleo contribui para suavizar pressões por reajustes dos derivados de petróleo vendidos pela Petrobras às distribuidoras. O último aumento da estatal ocorreu no dia 17 de junho desse ano, com a elevação de 5,20% na gasolina e de 14,20% no diesel. Em agosto, o preço médio cobrado pelo “diesel A” produzido pela Petrobras às distribuidoras caiu de R\$5,6/litro para R\$5,2/litro.

Outro importante componente que gerou influência direta no diesel é a política de desonerações de combustíveis adotada pelo governo federal. Para além dos tributos federais, que já estavam zerados desde o primeiro trimestre do ano, teve papel a Lei Complementar 194/2022, que determinou os combustíveis como bens essenciais e introduziu mudanças no cálculo do ICMS, ao reduzir a contribuição total do Imposto para o preço final do “diesel B”. Diante desses e possíveis outros fatores de mercado, o preço médio de revenda do diesel BS 10 tem demonstrado tendência de queda desde o final de junho, passando de R\$7,68/litro, na semana finda em 25 de junho, para R\$6,99/litro, na semana finda em 03 de setembro.

Diante do exposto, percebe-se que o resultado do IPCA para o mês de agosto foi influenciado por variações mais concentradas de queda em menos produtos que compõem a cesta de bens de referência para o índice. De fato, o índice de difusão do IPCA aumentou de 62,86%, em julho, para 65,25%, em agosto de 2022, o que revela que mais itens da cesta aumentaram de preço.

A redução inflacionária é benéfica para o transportador, que tem o combustível como insumo principal na prestação de serviços. No entanto, é importante que essa tendência se sustente ao longo do tempo, uma vez que menor inflação pode estimular o aumento do consumo de bens e serviços, o crescimento econômico e a geração de emprego e renda não apenas para o setor transportador, mas para toda a economia nacional. Segundo o *Relatório Focus* de mercado mais recente divulgado pelo Banco Central, referente a 02 de setembro, a previsão para a variação do IPCA no ano de 2022 é de 6,61%, queda em relação às previsões realizadas na semana passada (6,70%) e há quatro semanas (7,11%). Isso significa uma visão otimista de mercado com relação à queda da inflação em 2022.

A COMPANHIA DE JESUS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Arnaldo Niskier
*Academia Brasileira
de Letras*

Introdução

A questão da Educação é estratégica para atingir o estágio de desenvolvimento que almejamos como nação.

Desde 2013, as escolas públicas brasileiras seguem o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma iniciativa para estimular que as crianças estejam plenamente alfabetizadas aos 8 anos, no 3º ano do Fundamental. Mesmo assim, não é isso o que acontece na realidade. Dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2014 mostraram que um quinto dos alunos da rede pública chegou ao 4º ano do Fundamental sem aprender a ler adequadamente. Os números são alarmantes: temos 14 milhões de analfabetos no país.

As mudanças de grande amplitude que caracterizam a sociedade contemporânea vêm causando um impacto de proporções inéditas no campo educacional, particularmente, no que concerne à juventude.

O aumento crescente da demanda por mais escolaridade, a busca por novas formações, a necessidade de percursos curriculares mais flexíveis, a existência de recursos pedagógicos tecnologicamente avançados, o advento da internet e das redes sociais e a comprovada limitação das metodologias mais ortodoxas tornam evidente que a escola, como é hoje, não atende às expectativas e necessidades da juventude brasileira.

O Brasil tem cerca de 200 mil escolas, a maioria sem bibliotecas e laboratórios compatíveis. É essencial corrigir essas falhas.

Estamos diante de um novo mandato presidencial no Brasil e há uma natural curiosidade sobre o que vai acontecer na área da educação. Ficar tudo na mesma, vai piorar ou melhorar? Naturalmente as esperanças são grandes.

Nas hostes bolsonaristas as perspectivas não foram animadoras. O orçamento de 2023 previu a redução de R\$1 bilhão nas aplicações na educação Fundamental. Isso na verdade é lamentável.

Em cada grupo de 10 jovens de 19 anos pelo menos três não conseguem terminar o Ensino Médio. Essa é a triste realidade nacional, agravada pelo fato de que o número sobe para quatro se estivermos tratando de negros e pobres.

É claro que queremos ampliar o tempo integral nas escolas. Defendemos a existência de pelo menos 7 horas de aulas por dia, como costuma ocorrer nos países mais desenvolvidos. Para que isso ocorra é conveniente que haja melhor diálogo entre estados e municípios, o que ainda está longe de acontecer.

Com os investimentos federais sendo reduzidos desde 2015, só mesmo uma fortíssima reação para virar o jogo. Deve-se assinalar que há uma forte simpatia pela adoção da educação à distância em todo esse processo e o desejo de que o financiamento da área chegue a 10% do PIB, o que hoje parece impossível. Deseja-se também a valorização da educação técnica, o que é perfeitamente possível, desde que haja uma decisão política.

Com o expressivo título “O céu e o inferno da Internet”, o jornalista Maurício Dinepi fez uma esclarecedora palestra no Conselho de Notáveis da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Com a autoridade de um grande conhecedor da matéria, ele afirmou que até 2029 o 5G estará em todas as cidades brasileiras. A se confirmar esse fato, espera-se que haja também um grande benefício para a nossa educação.

Dinepi, que é diretor dos *Diários Associados*, disse que as empresas jornalísticas terão que se reinventar, para acompanhar essa possível onda de progresso. E como temos, hoje, o número incrível de 500 mil *influencers*, a missão da realidade virtual pode alcançar com brilho o mundo carente da educação.

Deve-se regular o mercado de redes. Sonhamos com melhores tempos para a cultura do povo brasileiro, mas é preciso considerar que 20% da nossa população ainda acredita em terraplanismo. Isso apesar do fato de o país contar com o maior número de celulares do que de habitantes.

É sabido que 64% da nossa população se informa pela internet – é um número crescente, registrando-se que a *web* não tem limites.

Colaborei durante muitos anos, a convite do saudoso acadêmico Roberto Marinho, na versão impressa do jornal *O Globo*. Mais recentemente, e para minha surpresa, a nova direção do jornal resolveu transferir o meu artigo para a versão digital, alegando que era “muito mais lida”. Se isso é verdade, saí ganhando...

Há certos riscos, nesse processo. A escritora filipina Maria Ressa, Prêmio Nobel da Paz de 2021, afirmou recentemente que “as plataformas da internet (redes sociais) estão destruindo a democracia. Elas contribuem para polarizar a sociedade e radicalizar pessoas. Enquanto houver

impunidade no mundo digital, haverá impunidade no mundo real”. É uma preocupação da qual não podemos nos dissociar.

Na União Europeia fala-se hoje com frequência de um processo de regulamentação, de início, abrangendo as gigantes digitais. Vamos acompanhar isso bem de perto, dada a sua relevância.

Outra preocupação é a educação antirracista, utilizando a história da África e dos povos indígenas nos currículos. Isso pode ser alcançado com um bom trabalho unindo o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação. Fala-se muito nisso, mas as ações não passam do terreno das conversas. É preciso que sejamos mais práticos, para além do que se costuma prometer em épocas pré-eleitorais. Se avançarmos nesse campo teremos dado um grande e decisivo passo.

Aproveitei essa minha primeira viagem para o exterior, após a pandemia de Covid-19, para realizar uma boa meditação sobre o destino da educação brasileira.

Acompanho com natural curiosidade as primeiras palavras do novo ministro da Educação, ex-governador do Ceará Camilo Santana, de 54 anos de idade e pertencente aos quadros do PT. Sua gestão (entre 2015 e 2022) começou por valorizar todo o processo estadual de alfabetização, e nisso se destacou. Colocou 77 cidades do Ceará entre as 100 melhores do país, segundo o Índice de Desenvolvimento Nacional de Educação Básica (IDEB).

Houve continuidade no trabalho e uma forma inteligente de atuação, a partir da cidade de Sobral, quando se registrou uma destacada performance da professora Izolda Cela, hoje convocada para prestar serviços ao MEC. Foram demitidos diretores por indicação

meramente política, criadas boas rotinas pedagógicas em salas de aula e notoriamente houve a valorização do magistério, além de assegurar verbas expressivas às prefeituras do Estado. Tudo somado e mais a adoção do necessário tempo integral (sete horas de aulas diárias) deu como consequência um salto na qualidade da educação, o que também aconteceu em Pernambuco.

O que se sabe é que quando não se alfabetiza na idade certa há uma quebra na qualidade da educação, de difícil recuperação ao longo do processo. E há um natural enriquecimento quando se adota o indispensável tempo integral, hoje circunscrito a apenas 9% do total de escolas médias, quando o ideal é que já estivéssemos com 40%.

Não se pode culpar apenas a Covid por esse desastre. O governo federal também tem culpa, quando deixa de fornecer os recursos necessários, como aconteceu recentemente com 200 mil estudantes de mestrado, doutorado, pós-doutorado e residência, antes contempladas com bolsas da Capes e que sofreram um lamentável processo de descontinuidade. Não se faz uma adequada política de recursos humanos dessa forma sincopada e absurda.

Há um claro convencimento de que precisamos ter um novo e reestruturado Ministério da Educação. Os últimos 4 anos foram trágicos, para não dizer lamentáveis, com a troca constante de titulares na pasta que, teoricamente, pode ser considerada a mais importante de todas. Com um pormenor ainda mais triste: houve cortes inconcebíveis nas verbas públicas, com a desculpa esfarrapada de que se andava a fomentar a adoção de ideologias esquerdistas nas salas de aula.

O MEC sofreu um corte de 96% no seu orçamento para a educação infantil. Sabe-se que se tudo der errado no começo do processo, nada se poderá esperar de positivo no restante da caminhada.

A recuperação da aprendizagem é uma necessidade de primeira ordem. Reconstruir o INEP (órgão responsável pelo Enem), desmontado no governo anterior se junta, como prioridade, ao necessário programa emergencial de alfabetização.

Sabe-se que 70% dos nossos alunos não se alfabetizaram no tempo certo. Como conviver com isso? Crianças chegam à 2ª série sem saber ler ou escrever, o que se constitui num verdadeiro absurdo.

Quando existe o interesse político, o que parece impossível se transforma numa risonha realidade. Isso deu como consequência a evidência do Ceará nesses belos exemplos. Aos esforços de reestruturação se pode acrescentar o aumento na duração das aulas, propiciando aos professores uma oportunidade inédita de ampliação da qualidade. Os esforços de aperfeiçoamento da educação são acompanhados de um adequado investimento na formação dos professores de forma continuada, o que abrange também a valorização do ensino à distância, modalidade que cresceu muito, mas que não pode se dissociar da indispensável qualidade.

Educadores brasileiros, quando instados a falar a respeito, não deixam de citar os cuidados com a saúde mental dos alunos e a superação do incrível número de 10 milhões de crianças com déficit alimentar. Por mais que tenham estímulo e treinamento, as crianças com deficiência calórico-proteica continuam sem a capacidade cognitiva completa. Até os 5 anos é a fase mais importante do desenvolvimento neurocerebral. O prejuízo do aumento da fome no Brasil pode ser ainda maior a médio e longo prazos.

Somente o aperfeiçoamento na qualidade da educação e da formação pode determinar o aumento da renda, contribuir para a distribuição da riqueza e reduzir as desigualdades.

Início

Os primeiros colégios e “aulas de ensinar a ler e contar”, criados pelos jesuítas em várias localidades do Brasil, a começar pela cidade de Salvador, eram mantidos com sacrifício, mediante esmolas e donativos especiais, e mão de obra nas construções, o que incluía o esforço físico dos próprios religiosos, ajudados por índios e alguns colonos mais prestativos. Somente em 1564, conseguiram auxílio oficial para manter os colégios.

Hoje, analisando os fatos com a visão de nossos tempos, falta em que incorrem muitos historiadores, procuram alguns “esclarecidos” demolir aquilo que as circunstâncias não permitiram fosse feito com a técnica e os recursos atuais. Um autor, Alfredo Nascimento Silva, por exemplo, sem ter vivido na época, não perdoou:

“Durante o longo período do regime colonial em que viveu o nosso país, rudimentaríssimo era o Ensino Primário, limitado ao mínimo em atrasadíssimas escolas mantidas pelos padres jesuítas, aqui instalados desde 1549, em missão de catequese dos silvícolas.”

De fato, naquele período aquilo que, em geral e principalmente, a todos preocupava mais era a ambição de enriquecer. E por isso não havia oportunidade para cuidar-se da instrução. Na verdade, a resistência oposta pelos colonos a qualquer coisa que estivesse fora de seus planos de rápido enriquecimento dificultava sobremaneira a ação dos jesuítas. Não se queria pensar em outra coisa, além de explorar ao máximo todas as fontes possíveis de lucro. Gastar dinheiro com ensino equivalia a jogá-lo fora.

Poucos capítulos da História do Brasil, em sua fase colonial, possuem tão rica e autêntica documentação como a que se relaciona com a ação da Companhia de Jesus no Brasil.

Custa a crer que o tão reduzido contingente de seis jesuítas, vindos com Tomé de Sousa, tivesse conseguido, em poucos anos, levar a termo a mensagem cristã a diversas localidades espalhadas pelo vasto litoral brasileiro. Depois de improvisarem uma pequena igreja destinada ao culto na cidade de Salvador, deram início, com a permissão do governador, à tarefa principal de que vinham incumbidos – a catequese.

Pode-se pensar, num rápido exame, que esse processo de expansão e desenvolvimento das primeiras igrejas e colégios se fazia com facilidade e amplos recursos. Puro engano. Os jesuítas foram obrigados a enfrentar a hostilidade de grande parte dos colonos, de muitas autoridades, dos índios sempre desconfiados e até mesmo do primeiro bispo do Brasil, Pero Fernandes Sardinha.

O certo, no entanto, é que como a política colonial portuguesa fosse a de ver o Brasil apenas como celeiro, não havia por que nele investir a longo prazo. E não fosse a atuação dos jesuítas, levando a fé, mas também dilatando o império, as primeiras instituições educacionais só apareceriam na época da Independência.

Depois de três séculos de posse do Brasil pelos portugueses não se havia consolidado um sistema de educação que se pudesse aceitar como razoável ou até mesmo como paliativo para as necessidades do país no campo da instrução pública Primária e Secundária. Tudo que se fizera, até então, a esse respeito, atendia apenas a setores isolados – cidades e vilas espalhadas ao longo de nosso extenso território em sua faixa litorânea e, excepcionalmente, em localidades do interior das capitânicas de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Quem não reclamasse,

através das câmaras municipais, nada obtinha. As aulas de primeiras letras, de fraca estrutura e de medíocres resultados, estavam a cargo de mestres improvisados, sem programas racionalmente estabelecidos, com escassa fiscalização quanto à qualidade do ensino ministrado e do aproveitamento dos alunos. Choviam as petições, em Lisboa, oriundas do Brasil, reclamando a criação de novas aulas régias, nem sempre atendidas, pois os recursos não bastavam, em muitas capitânias, para atender sequer ao pagamento dos professores.

Dependia-se da boa vontade de particulares para conseguir salas de aula, pois nem sempre as casas dos mestres – em geral utilizadas – ofereciam condições de abrigar o número de alunos que desejavam conseguir matrícula. Os professores, além de mal pagos, eram desconsiderados no seio da sociedade.

A Educação de que o Brasil precisa, certamente, é prioridade nacional, que requer a mobilização de todos que vislumbram um país melhor. Devemos enfatizar nosso descontentamento com o quadro atual, de uma situação histórica, nitidamente precária. São necessários recursos apreciáveis para que se viva os tempos de uma nova escola.

A produtividade do trabalho muito baixa no Brasil é também uma consequência da falta de políticas que procurem melhorar o desempenho da mão de obra no país. Isso se faz com o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e de treinamento.

O mau desempenho dos estudantes brasileiros nas avaliações internacionais e os movimentos generalizados de greves de professores mostram a situação crítica do ensino no Brasil.

O resultado da forma com que o governo brasileiro vem tratando seus professores, alunos e funcionários vêm em forma de números. Dentre

os 76 países avaliados recentemente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em 60º, à frente dos países sul-americanos: Argentina (em 62º), Colômbia (em 67º), e Peru (em 71º), que fazem parte das quinze últimas posições. No topo da tabela, sem nenhuma surpresa, estão os países asiáticos: em primeiro lugar Cingapura, seguido de Hong Kong e Coreia do Sul.

Estratégias, táticas e ações, que configurem o planejamento a médio e longo prazos, requerem mudanças que ainda estão longe de acontecer. Quando citamos desenvolvimento de competências, gestão integrada ou gestão corporativa, para o devido compartilhamento de tarefas, na discutida relação ensino-aprendizagem, parece que atraímos expressões de outro planeta. É natural que o resultado desse atraso secular seja a reduzida satisfação de alunos e professores, comprometendo a necessária fidelização deles às escolas em que atuam. Vestir a camisa passou a ser expressão somente do futebol, mas deve valer também para o mundo da educação, com vistas aos seus resultados.

A má qualidade da educação pública opera a favor da condenável desigualdade social.

A educação é o meio pelo qual a sociedade transmite seus princípios e valores. É reforçando a educação que reforçaremos o conhecimento do mundo, tornando-nos capazes de melhorá-lo.

POLÍTICA, ECONOMIA, ENERGIA: QUESTÕES DE SEMPRE?

**Joel Mendes
Rennó**

*Presidente da Cia. Vale
do Rio Doce - 1978/1979*

*Presidente da Petrobras
- 1992/1999*

Entendemos que a política é a atividade para a construção do consenso.

Observamos presentemente que há muito dissenso nas nossas atividades políticas, e por essa razão imaginamos um político hábil, experiente e competente, como o ministro Bernardo Cabral, para restabelecer o indispensável consenso.

Aprendemos que "a política é a arte do possível, e a ciência do relativo".

Tendo que discorrer sobre essa questão, escolhi o exemplo de dois estadistas notáveis com atuação política de influência mundial na época e repercussão no futuro, que serviram como sustentáculos de amplas mudanças na Alemanha e na Europa: o ministro do Exterior austríaco Klemens von Metternich e o ministro-presidente, mais tarde chanceler alemão, Otto von Bismarck. O contraste entre os legados dos principais estadistas do século na Europa Central, ilustra a mudança ocorrida na ênfase da ordem internacional europeia, do polo da legitimidade para o da força, na segunda metade do século XIX. Ambos vieram a ser considerados como os arquétipos do político conservador. Ambos ficaram consagrados como mestres da manipulação da balança de poder.

Contudo, seus conceitos fundamentais sobre a ordem internacional eram quase exatos opostos, e eles manipularam a balança de poder com os objetivos distintos e com implicações significativamente conflitantes para a paz da Europa e do mundo.

A própria nomeação de Metternich era uma prova da natureza cosmopolita da sociedade do século XIX. Ele nasceu na Renânia, perto da fronteira da França, tendo sido educado em Estrasburgo e Mainz. Metternich sequer visitou a Áustria antes dos 13 anos e não viveu lá antes dos 17 anos. Foi nomeado ministro do Exterior em 1809 e chanceler em 1821, servindo até 1848.

O destino o colocara no cargo civil mais importante de um antigo império, precisamente no começo de seu declínio. Tido no passado como um dos mais fortes e bem governados países da Europa, a Áustria se encontrava, agora, numa situação de risco, já que, devido à sua posição central, cada temor ocorrido em solo europeu fazia com que a terra ali mexesse.

Sua natureza poliglota o tornava vulnerável à crescente onda de nacionalismo, uma força praticamente desconhecida na geração anterior. Para Metternich, firmeza e confiabilidade tornaram-se a pedra de toque de sua política: "Quando tudo mais está estremeando, é necessário, acima de tudo, que algo, não importa o que, permaneça firme, de modo que os que se encontram perdidos, possam encontrar um vínculo, e os desorientados, um refúgio."

Produto do Iluminismo, Metternich foi moldado mais pelos filósofos da força da razão, do que pelos adeptos da força das armas. Rejeitava a busca irrequieta pelos supostos remédios para os problemas imediatos e considerava a busca pela verdade a mais importante tarefa do estadista.

Para ele, a crença de que tudo que fosse imaginável era também realizável não passava de uma ilusão. A verdade deveria refletir uma realidade subjacente da natureza humana e da estrutura da sociedade. Qualquer coisa mais ampla do que isso violentava os ideais que pretendia concretizar. Nesse sentido, "a invenção é inimiga da história,

que conhece apenas descobertas, e apenas o que existe pode ser descoberto".

Bismarck, em comparação, era um filho da aristocracia prussiana provinciana, bem mais pobre do que suas contrapartidas do oeste da Alemanha e consideravelmente menos cosmopolita. Enquanto Metternich tentava valorizar a continuidade e restaurar uma ideia universal, a de uma sociedade europeia, Bismarck desafiava todas as nações convencionais da época, tidas como sensatas. Até que ele entrasse em cena, todos tinham como óbvio que a unidade alemã se tornaria realidade, se é que isso aconteceria, graças a uma combinação de nacionalismo e liberalismo.

Bismarck se propôs a demonstrar que esses dois elementos poderiam ser separados, que os princípios da Santa Aliança não eram necessários para preservar a ordem, que uma nova ordem poderia ser construída com os apelos dos conservadores ao nacionalismo e que um conceito de ordem europeia podia se basear inteiramente em avaliações de poder.

A divergência entre as visões a respeito da ordem internacional por parte dessas duas figuras seminais se reflete claramente nas suas definições de interesse nacional. Para Metternich, a ordem emerge não tanto da busca do interesse nacional, mas quanto da capacidade de associá-lo ao interesse de outros estados.

Bismarck rejeitava a crença de que o poder podia ser limitado por algum princípio superior. Suas famosas máximas expressavam a convicção de que a segurança só poderia ser alcançada com uma estimativa correta dos componentes do poder.

Disse o estadista:

“Uma política sentimental não conhece reciprocidade. Todo governo procura os critérios para as suas ações apenas nos seus interesses, por mais que possa disfarçá-los com deduções legais. Pelos céus, nada de alianças sentimentais nas quais a consciência de ter praticado uma boa ação oferece a única recompensa pelo nosso sacrifício. A única base saudável sobre a qual uma grande potência pode estabelecer seu poder é o egoísmo e não o romantismo. Gratidão e confiança não trarão um único homem para o nosso campo ao nosso lado; só o medo fará isso, se nós usarmos com cautela e habilidade. A política é a arte do possível, e a ciência do relativo.”

Com sua nomeação para o cargo de ministro-presidente da Prússia em 1862, Bismarck se propôs a colocar em prática seus princípios e transformar a ordem europeia. Com as monarquias conservadoras do Leste Europeu divididas depois da Guerra da Crimeia, a França isolada no continente por causa das memórias despertadas por seus governantes, e a Áustria oscilando entre seus papéis nacional e europeu, Bismarck viu uma oportunidade de fazer surgir pela primeira vez na história um Estado nacional alemão.

Com alguns lances ousados entre 1862 e 1870, ele colocou a Prússia à frente de uma Alemanha unida e a Alemanha, por sua vez, no centro de um novo sistema de ordem.

Disraeli chamou a unificação da Alemanha de 1871 de "um fato político de maiores consequências do que a Revolução Francesa". O maior triunfo da carreira de Bismarck também havia se tornado o mais difícil, talvez impossível, a operação de um equilíbrio de poder flexível.

A derrota esmagadora da França na guerra franco-prussiana de 1870-1871, à qual Bismarck conseguira habilmente provocar a França a declarar, chegou ao fim com a anexação da Alsácia e da Lorena, uma indenização compensatória e numa demonstração de pouco tato a proclamação do Império Alemão no Salão de Espelhos de Versalhes, em 1871. A nova ordem da Europa estava reduzida a cinco grandes potências, duas das quais, França e Alemanha, encontravam-se irremediavelmente rompidas uma com a outra.

Bismarck compreendeu que uma potência com chance de atingir a supremacia no centro da Europa, corria sempre o risco de inspirar a formação contra ela de uma coalizão de todas as outras, de modo muito parecido com aquela articulada contra Luís XVI no século XVIII e contra Napoleão no início do século XIX. Seria necessária a mais moderna das condutas para evitar despertar o antagonismo coletivo da parte de seus vizinhos.

Num mundo de cinco, era sempre melhor estar num grupo de três.

Com a Alemanha unificada e a França fixada na posição de adversária, o sistema perdeu sua flexibilidade. Era preciso um gênio como Bismarck para manter de pé a rede de compromissos que contrabalançavam uns aos outros, mantendo o equilíbrio em funcionamento graças à performance de um virtuoso que, durante o período em que ocupou seu posto, conseguiu evitar a eclosão de um conflito geral. Contudo, um país cuja segurança depende da produção de um gênio a cada geração, propõe a si mesmo uma tarefa que nação alguma jamais conseguiu realizar.

Depois da partida forçada de Bismarck em 1890, após um choque com o novo Kaiser Guilherme II sobre o alcance de sua autoridade, seu sistema de alianças que se sobrepunham umas às outras só a muito custo seria mantido. Leo von Caprivi, o chanceler seguinte, queixou-se

de que enquanto Bismarck tinha se mostrado capaz de manter cinco bolas no ar simultaneamente, ele mal conseguia lidar com duas.

Bismarck desapareceu do cenário da política.

Concluiu-se o ciclo político do "Marechal de Ferro". A Alemanha unida, jamais imaginária, no século seguinte, participou de duas grandes guerras, de efeitos devastadores.

Sobre a economia, entende-se como a atividade e a ciência são indispensáveis, em todos os tempos, ao desenvolvimento da civilização, do progresso, dos negócios e das nações, sobretudo, da vida de empresas e pessoas.

"O mundo todo depende da economia."

Nesta apresentação, poderíamos procurar mostrar conhecimentos sobre a economia do trabalho, de empregos, de dinheiro, do mercado, dos juros, dos impostos e da inflação.

Além disso, poderíamos falar a respeito de política fiscal, política monetária e política cambial. Mais modernamente, do arcabouço fiscal, e saber de antemão qual a diferença entre COPOM e CVM, diferença até pouco desconhecida por importantes autoridades econômicas brasileiras.

Para esses temas, no entanto, a contribuição neste Conselho de competentes e destacados economistas, dispensa certamente comentários de um engenheiro.

Desejando expor sobre esta envolvente questão, procuramos de forma complementar, discorrer de forma sucinta sobre a economia de governos, a repercussão de práticas que significam o êxito ou o fracasso de administrações e esperança positiva de futuro.

Todos concordamos que a economia bem conduzida leva a resultados benéficos para os países, ânimo e otimismo para os cidadãos.

A gestão de uma economia correta, orientada por propostas inteligentes, de sólidos conhecimentos, promove o sucesso do trabalho governamental.

Os governantes, têm presente a necessidade de combater a impunidade e a corrupção, procurando exercer o elevado trabalho de administrar sem populismo, estão destinados a serem inesquecíveis.

Serão sempre lembrados pela economia que administraram. Outra condição a destacar é a de governar com ética e dignidade.

Como lograr que os países reduzam a pobreza, enfatizando o papel da economia entre a população? Sabemos que é tarefa difícil e complexa.

Há indicativos, todavia, que compreendem fatores como:

- a) Melhorar a qualidade da educação.
- b) Melhorar os recursos que têm o país e as pessoas, promovendo investimentos produtivos e que gerem mais empregos.
- c) Melhorar o Estado de Direito.

Governos mais eficientes, mais capazes e mais honrados, têm uma grande influência no desenvolvimento do país e podem gerar mais oportunidades para todos.

Atentando sempre para governos, consideramos oportuno o resumo de expressões de Gloria Alvarez, cientista política, professora e acadêmica, residente nos Estados Unidos, que escreveu as seguintes considerações sobre o engano populista, antieconomia:

“Os grandes líderes populistas, diz Gloria Alvarez, coincidem em tomar uma parte da população e voltá-la ao inimigo interno, que junto com os inimigos externos, inventados, convertem-se com o que os populistas chamam de antipovo.”

No seu discurso, o populista busca inserir rancor na sociedade, fazer com que o povo odeie o antipovo. Os inimigos do povo podem tomar diferentes formas externas, por exemplo, os próprios estrangeiros, os empresários, entidades e organizações de prestígio, pessoas mais afortunadas e ricas.

Para o populista, que está pouco se importando com a verdadeira economia, o povo é um acúmulo de todas as virtudes: é honrado, desinteressado, nunca se equivoca, sempre escolhe o melhor líder. Supostamente, o populista sempre faz seu trabalho em nome do povo e qualquer coisa que não ocorra de bem, é culpa do antipovo.

Tudo isto se reforça com atos de doutrinação massivos, como programas de rádio, TVs, rede sociais e sistemas educativos. Todo líder populista busca controlar os três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Não respeita as instituições.

A economia, então, entra em descontrole e colapsa. A culpa é atribuída aos inimigos internos e externos, previamente inventados.

O populista ama tanto os pobres que os multiplica.

Todos sabemos que a didática e a aplicação de fórmulas econômicas corretas, são o caminho para o sucesso da base de um governo.

Experiências muitas vezes vividas por governos que não celebram as melhores práticas da economia, empobrecem as nações, desanimam os cidadãos, liquidam e atrasam o futuro de países.

Há que ficar sempre atentos a esses políticos e economistas, que não são poucos.

Segundo o ministro Bernardo, é de justiça afirmar que o Brasil é pródigo em praticamente todos os segmentos da energia.

Além da forte tradição em hidroeletricidade (75% da nossa matriz) e do sucesso do programa de etanol, por exemplo, hoje avançamos celeremente nas frentes das energias solar e eólica, cuja competitividade nos coloca entre os protagonistas da indústria global de hidrogênio.

Gás natural e petróleo não ficam atrás. O progresso do país nessa atividade tem sido notável.

Temos todas as condições para ser o país da energia abundante, barata e sustentável.

As fontes renováveis de energia, cruciais do ponto de vista ambiental se tornaram questões essenciais de segurança energética.

É uma grande oportunidade para o Brasil, que tem enorme potencial de produzir essa energia a baixo custo.

A sustentabilidade pode significar para o país negócios da maior importância para a economia, o meio ambiente e a governabilidade.

Atualmente, mais de 10% da nossa energia elétrica já provêm de parques eólicos, sobretudo, do Nordeste. Já produzimos mais energia eólica do que a potência de Itaipu, que já era uma energia limpa.

Em energia solar, o Brasil é o 10º maior produtor do mundo, gerando cerca de 19 milhões de KW.

Temos polos relevantes espalhados pelo país para produção de hidrogênio verde, etanol, biogás e outros tipos de biocombustíveis.

Somos vistos por estrangeiros como um paraíso das *commodities* e poderemos, no futuro, ocupar a posição de paraíso da energia verde.

Um dos setores de melhor desempenho nas bolsas do planeta na atualidade, é o da energia.

São empresas que sofreram com a pandemia, há 3 anos, e que se recuperaram com vigor.

A Saudi Aramco, maior produtora e exportadora de petróleo, em particular, desbancou a APPLE, no ano passado, como a empresa mais valiosa do mundo, US\$2 trilhões, em valor de mercado.

Resumindo, e dentro do tempo estipulado para esta exposição, o que volta a ser evidente é que a relação global entre política e energia é uma marca da modernidade. Desde que as máquinas a vapor começaram a operar na Inglaterra, na Revolução Industrial, a vida moderna e a organização das sociedades foram profundamente transformadas, a tal ponto que, junto com o avanço da tecnologia, a energia, seu uso e o seu acesso a ela se tornaram elemento central da compreensão do mundo e da política.

De acordo com o antropólogo Dominic Boyer, professor da Universidade Rice, no Texas, e autor de *Energopolítica: vento e energia no antropoceno*, 2019:

"A energia exerce influência às vezes subterrâneas sobre a sociedade moderna, porque ela impacta tudo que fazemos e

qualquer coisa que queiramos fazer. Por sua vez, o petróleo penetrou em todas as dimensões da vida cotidiana. Está nas roupas que vestimos, nos alimentos que comemos, no combustível dos nossos veículos. É o que permite que aviões voem. São tantas coisas que é mais fácil imaginar o fim do mundo, do que o fim da cultura do petróleo."

No final do ano passado, a Agência Internacional de Energia (AIE ou Agência) lançou a nova e mais recente versão de seu mais importante Relatório: o World Energy Outlook 2022 (WEO 2022). Mais do que um simples estudo, este documento funciona como um farol para a transição energética das principais nações do mundo e o atingimento das metas do Acordo de Paris.

O cumprimento total de todas as promessas climáticas levaria o mundo a um terreno mais seguro, mas ainda há uma grande lacuna entre as ambições de hoje e uma estabilização de 1,5°C.

Não obstante, as principais economias do mundo têm lançado planos próprios com o intuito de trilhar seus caminhos para a transição energética, ao mesmo tempo em que preparam suas economias para esse desconhecido novo mundo. Os Estados Unidos lançaram o "Inflation Reduction Act", a União Europeia o pacote "Fit for 55" e o "REPowerEU", o Japão o programa "Green Transformation" e a China o "Plano de Ação para Alcançar o Pico de Dióxido de Carbono Antes de 2030". Ademais, nações em desenvolvimento, como Coreia do Sul e Índia, também dispõem de planos com objetivos semelhantes.

Logo de partida, a Agência destaca a profunda cicatriz que a guerra Rússia-Ucrânia deixa no mundo, com impactos permanentes no sistema global de energia, que fraturaram padrões de oferta-demanda e relações comerciais de longa data. O mundo está, é inegável, no meio de uma

crise global de energia, com amplitude e complexidade sem precedentes. Exemplo desta afirmação, em setembro de 2022, as entregas de gás da Rússia para a União Europeia caíram 80% em comparação com os últimos anos.

Na visão da Agência, em todos os cenários, a União Europeia compensa a perda de importações russas com transição acelerada do gás natural para adições de capacidade renovável. O investimento anual em energia limpa, que foi de cerca de US\$1,3 trilhão por ano em 2021, aumenta para quase US\$2 trilhões no cenário base e para quase US\$4 trilhões no cenário verde em 2030.

Outra questão estratégica é a busca por minerais críticos (lítio, cobre, polissilício, níquel e terras raras). A garantia de suprimento desses minerais é parte indissociável de uma estratégia bem-sucedida de transição energética. A demanda por minerais críticos para tecnologias de energia limpa deve aumentar de duas a quatro vezes até 2030, dependendo do cenário, como resultado da expansão da implantação de energia renovável.

Em 2021, muitos desses minerais, essenciais para a produção de tecnologias de energia limpa, registraram aumento de preços expressivos, devido a uma combinação de demanda crescente, ruptura em cadeias de suprimentos e preocupações com restrições de oferta. Os preços do lítio aumentaram quase 170% e os do níquel 94% nos últimos 12 meses.

Nesse sentido, Estados Unidos e China lançaram planos estratégicos para a gestão desses recursos, mas também outras nações como Canadá e Grã-Bretanha tiveram iniciativas semelhantes. Já no plano do presidente norte-americano, com as prioridades para seus 100 primeiros dias de seu governo, figurava um capítulo inteiro para essa questão. A

China, poucos meses depois, também divulgou um plano com diretrizes para a exploração e conservação de minerais considerados estratégicos.

A despeito da marcha acelerada para uma matriz mais verde, os combustíveis fósseis continuarão a ter relevância estratégica global. Nos cenários da Agência, óleo e gás natural ainda responderão por 51% e 46% da oferta de energia em 2030.

Vários países estão anunciando políticas para banir ou reduzir plásticos descartáveis, melhorar as taxas de reciclagem e promover matérias-primas alternativas. Nesse sentido, o "Global Plastic Outlook da OCDE" é considerado o principal estudo abordando a fundo a questão do ciclo de vida dos plásticos. As taxas médias globais de reciclagem de plásticos aumentam do nível atual de 17% para 27% em 2050 no cenário base e 54% no cenário mais verde.

Iniciativas mundiais para aumentar a reciclagem dos plásticos, como a da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5), realizada neste ano em Nairobi, levam muitos refinadores a considerar a expansão para a reciclagem de plásticos como outra forma de garantir novos fluxos de receita, juntamente com áreas como biocombustíveis líquidos e hidrogênio de baixa emissão. Ainda assim, muitos deles veem a integração com as operações petroquímicas como uma prioridade estratégica, uma vez que o uso de petróleo como matéria-prima petroquímica é o elemento mais durável da demanda.

Está claro que os Estados Unidos e a China estão na disputa pela liderança do processo de transição energética. Os Estados Unidos aprovaram a Lei de Redução da Inflação e a Lei de Infraestrutura Bipartidária, que juntas irão oferecer US\$560 bilhões em apoio público para energia limpa, além de mobilizar ampla gama de investimentos privados. A China, quase que no mesmo dia da divulgação do WEO

2022, lançou o documento que trata da Implementação do novo "Plano para o Pico de Carbono no Setor Industrial".

De acordo com o Banco Mundial, para alcançar suas metas de descarbonização, a China precisaria investir cerca de US\$2,1 trilhões nos próximos 10 anos, o equivalente a 1,1% do PIB. A China não divulga uma única estatística oficial que consolide todos os investimentos em energia renovável, mas, de acordo com estudo da Austrália and New Zealand Banking Group, o investimento total verde na China estimado é de US\$1,7 trilhão até 2025.

Os investimentos projetados são colossais, quase tão grandes quanto o desafio que o mundo tem a enfrentar. As nações que aspiram a ter um papel de liderança no mundo estão traçando suas estratégias e planos. Não há garantias de sucesso, a única certeza é de que os países que não se posicionarem serão arrastados pelo tsunami climático, com impactos devastadores em suas economias, indústrias, emprego e renda. O mundo nunca mais será o mesmo de antes.

Em energia também, não há soluções simples, mas escolhas inteligentes.

Bibliografia:

Ordem Mundial (Henry Kissinger).

Para entender mejor tu economia: Ideas y Reflexiones (Enrique Coppel Luken).

Artigos dos jornais: *Valor Econômico*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo*

Relatório da Agência Internacional de Energia (AIE)



Sesc Senac

2022-2026

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-Presidente Administrativo

Antônio Florêncio de Queiroz Júnior

Vice-Presidentes

1º Abram Abe Szajman

2º Luiz Carlos Bohn

3º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante

Darci Piana

Edison Ferreira de Araújo

José Aparecido da Costa Freire

José Wenceslau de Souza Júnior

José Marconi Medeiros de Souza

Sebastião de Oliveira Campos

Marcelo Baiocchi Carneiro

Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Financeiro

Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz

2º Bernardo Peixoto dos Santos

Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros

1º Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

2º Ademir dos Santos

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho

Aderson Santos da Frota

Alexandre Sampaio de Abreu

Ari Faria Bittencourt

Armando Virgílio

dos Santos Júnior

Hélio Dagnoni

Diretores

Jeferson Furlan Nazario

José Wenceslau de Souza Júnior

Marcelo Baiocchi Carneiro

Marcos Antônio Carneiro

Maurício Cavalcante Filizola

Nino Ítalo Zampieri Júnior

Rubens Torres Medrano

Sebastião de Oliveira Campos

Conselho Fiscal

Carlos De Souza Andrade

Domingos Tavares de Sousa

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

André Luiz Roncatto

Antonio de Sousa Freitas

Daniel da Silva Amado Felício

Daniel Mesquita Coelho

Denis Oliveira Cavalcante

Edmilson Pereira de Assis

Francisco Valdenir Machado Elias

Geraldo Vieira Rocha

Gilberto de Andrade Costa

Guilherme Marconi Coutinho De Souza

Hercílio Araújo Diniz Filho

Jadir Correa da Costa

James Thorp Neto

Jeferson Furlan Nazario

Jorge Luiz das Neves Moraes

José Gilton Pereira Lima

Josué Sousa Rocha

José Marcos de Andrade

José Carlos Raposo Barbosa

Luis Antonio Bezerra Lacerda

Marco Sérgio Pessoz

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

Ozeas Gomes da Silva

Paulo Rogério Tadros

Pedro Jucá de Oliveira

Pedro Coelho Nasser

Renato Campos Carvalho

Suplentes do Conselho Fiscal

Ana Luíza Araújo Freire Soares

Lázaro Luiz Gonzaga

Hugo Lima França

Carta Mensal